



7º
Fórum de
Políticas Públicas
da Saúde na Infância
segurança
alimentar

O Brasil saiu do
Mapa da Fome.
E agora?





7º
Fórum de
Políticas Públicas
da Saúde na Infância
segurança alimentar

SETEMBRO 2025

**O Brasil saiu do
Mapa da Fome.
E agora?**

A VOZ QUE DEFENDE A INFÂNCIA

O **Infinis – Instituto Futuro é Infância Saudável** é a frente de filantropia e advocacy da **Fundação José Luiz Setúbal**, o mais completo polo de saúde infantil do país. Em articulação com o **Sabará Hospital Infantil** e o **Instituto PENSI**, atuamos na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e no fortalecimento da sociedade civil no Brasil.

Nosso trabalho se organiza em quatro eixos prioritários: saúde mental, prevenção às violências, segurança alimentar e fortalecimento da sociedade civil, além do apoio a iniciativas de caráter transversal que dialogam com esses campos.

Acreditamos que transformar realidades complexas exige tempo, escuta qualificada e cooperação. Por isso, atuamos de forma articulada com coalizões, alianças e redes intersetoriais, conectando organizações, especialistas e territórios diversos para fortalecer soluções sistêmicas e sustentáveis.

Baseamos nossa atuação em evidências científicas e no diálogo entre diferentes atores para contribuir com o aprimoramento das políticas públicas, a transformação de comportamentos e o desenvolvimento de soluções locais que promovam o bem-estar na infância.

Como parte do nosso compromisso com uma sociedade civil forte e diversa, apoiamos a produção de conhecimento e a atuação de organizações de infraestrutura do setor, ampliando o impacto coletivo em defesa da infância.

Para saber mais, visite nosso site:



Sobre esta publicação

COORDENAÇÃO

Infinis

EQUIPE

Diretora-executiva

Márcia Kalvon

Programas e Projetos

Amanda Gregório – analista

Ana Claudia Andreotti – analista

Brenda Lohan Umezurike – estagiária

Carolina Andrade – analista

Sofia Rebehy – coordenadora

Sofia Guimarães – assessora de advocacy

Comunicação

Carolina Prestes Yirula – analista

Júlia Santiago Oliveira – assistente

Administrativo-financeiro

Lucas Ximenes – coordenador

Redação, edição e revisão

PrimaPagina

Ricardo Meirelles e Gabriela Vieira de Campos

Projeto gráfico e diagramação

Naru Design

Luciana Sugino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

7º Fórum de políticas públicas da saúde na infância [livro eletrônico] : segurança alimentar : o Brasil saiu do mapa da fome : e agora? / [coordenação Infinis- Instituto Futuro e Infância Saudável]. -- São Paulo : Fundação José Luiz Egydio Setúbal, 2026.
PDF

ISBN 978-65-983932-8-1

1. Alimentação 2. Criança - Desenvolvimento 3. Criança e adolescente - Direitos 4. Desigualdades sociais 5. Nutrição - Aspectos sociais 6. Políticas públicas 7. Saúde - Aspectos sociais 8. Segurança alimentar - Brasil I. Infinis - Instituto Futuro e Infância Saudável.

26-351541.0

CDD-613.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Segurança alimentar e nutricional : Promoção da saúde 613.2

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB - SP-010133/0

Apresentação

“E todo mundo sabe também que, nesse velho combate contra esta praga permanente [a fome], o homem conseguiu apenas uma vitória incerta e precária”

(André Mayer, em prefácio à nona edição de “Geografia da Fome”, de Josué de Castro)

A primeira vez em que o Fórum de Políticas Públicas da Saúde na Infância abordou exclusivamente segurança alimentar foi em 2022. O Brasil havia acabado de entrar no Mapa da Fome da ONU, em meio às consequências sociais da pandemia de coronavírus e ao desmantelamento das estratégias de combate à má nutrição. O Instituto Futuro é Infância Saudável (Infinis) revisita o tema agora, na sétima edição do Fórum.

Evoluímos desde então, não tenho dúvidas. O país retomou medidas importantes, voltou a priorizar o assunto e saiu novamente do Mapa da Fome. Foi uma conquista histórica. Os desafios, porém, persistem — e são mais difíceis entre as crianças. Em 2023, 37% delas viviam em lares com algum grau de insegurança alimentar. Quase 600 mil passavam fome. Ao mesmo tempo, a obesidade infantil se torna uma preocupação crescente. Em 2025, pela primeira vez, o percentual de crianças e adolescentes obesos superou o de subnutridos no Brasil.

É com essa gangorra (de um lado, a desnutrição; de outro, o sobrepeso) que temos de lidar. Mas não só. Também com as diversidades e as desigualdades que fazem do Brasil uma nação tão singular. O país que está entre os maiores produtores de alimentos do mundo é o mesmo que produziu imagens tristíssimas de yanomamis esqueléticos, no início de 2023. O país que formulou um dos mais relevantes programas de alimentação na escola é o mesmo que direciona mais de três quartos de suas lavouras para commodities como soja, cana-de-açúcar e milho.

Como nas vezes anteriores, no 7º Fórum convidamos para o debate representantes da sociedade civil e de diferentes instâncias de governo. Aprendemos sobre um programa bem-sucedido de estímulo ao aleitamento materno em São Paulo, assim como sobre municípios do Pará que estão inovando nas chamadas públicas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Trouxemos uma

liderança indígena de Tabatinga (AM) e uma analista do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para discutir as dificuldades e as oportunidades ligadas à alimentação saudável na região Norte. Ouvimos uma pesquisadora da Universidade Federal da Bahia e uma jovem de um programa carioca voltado a adolescentes que destacaram a necessidade de abordagens amplas.

O Infinis fez questão de contar com vozes distintas para tentar abarcar a complexidade do assunto. A complexidade e a urgência. Como pediatra, sei muito bem que a falta de acesso a alimentos saudáveis e em quantidade adequada na infância pode causar danos permanentes ao desenvolvimento cerebral, levando a dificuldades de aprendizado. Sei também que o déficit de nutrientes e o consumo de ultraprocessados enfraquecem o sistema imunológico e tornam as crianças mais suscetíveis a doenças e infecções.

A FJLS escolheu segurança alimentar como um de seus eixos estratégicos porque é uma área com impacto na saúde infantil no curto, no médio e no longo prazo. E, se afeta as crianças e os adolescentes, afeta também o futuro da sociedade. Uma alimentação saudável é direito constitucional, é requisito básico para romper ciclos de pobreza, é fundamento da dignidade e pilar para a construção de um país mais justo.

José Luiz Egydio Setúbal

Presidente do Conselho Superior da Fundação José Luiz Setúbal

Alimentando Ideias, Cultivando Ações





7º Fórum de Políticas Públicas da Saúde na Infância

segurança alimentar

30 de setembro de 2025



[Assista à íntegra dos debates](#)



ABERTURA

José Luiz Egydio Setúbal,
presidente do Conselho Superior da
Fundação José Luiz Setúbal (FJLS)

MESA 1

Contexto brasileiro e desafios atuais

Moderadora:

Márcia Kalvon,
Infinis

Debatedores:

Kelly Poliany Alves,
Coordenação de Alimentação e Nutrição
do Ministério da Saúde

Lilian dos Santos Rahal, Secretária Nacional
de Segurança Alimentar e Nutricional, do
Ministério do Desenvolvimento Social

Walter Belik,
Instituto Fome Zero

Stephanie Amaral,
Unicef

MESA 2

Alimentação no ambiente escolar

Moderadora:

Renata Couto,
Instituto Desiderata

Debatedores:

Larissa Loures,
Departamento de Nutrição da UFMG

Pedro Vasconcelos,
FIAN / Observatório da Alimentação
Escolar

Jordana de Oliveira Costa,
PNAE / FNDE

MESA 3

Segurança alimentar das crianças na Amazônia

Moderador:

Alexandre Ramos, Instituto
Comida do Amanhã

Debatedores:

Anderson Serra,
Secretaria de Estado da Agricultura
Familiar do Pará

Neideana Ribeiro,
Programa de Saúde e Nutrição, Unicef
Manaus

Dora Lima,
antropóloga

Adelina Fidelis,
Associação de Mulheres Indígenas
(Mapana)

MESA 4

Estratégias de enfrentamento da má nutrição

Moderador:

Murilo Bomfim,
Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em
Nutrição e Saúde (Nupens/USP)

Debatedoras:

Rosane Cunha,
Secretaria Nacional de Renda e Cidadania,
do Ministério do Desenvolvimento Social

Janaína Braga,
Rede Penssan e Universidade
Federal da Bahia

Nathália Amorim,
RAP da Saúde / Secretária de
Saúde do Município do Rio de Janeiro

Kátia Romanelli,
Coordenadoria de Alimentação Escolar/
Secretaria de Educação do Município de
São Paulo

Sumário



- 01** Da subnutrição ao sobrepeso:
o efeito gangorra
pág. 10
- 02** Alimentação na escola:
o que é bom pode ficar melhor
pág. 26
- 03** Segurança alimentar na Amazônia:
um contexto sem fórmulas prontas
pág. 39
- 04** Segurança alimentar:
muito além de comida no prato
pág. 50

01

Da subnutrição ao sobrepeso: o efeito gangorra



Em 1983, ficou famosa uma **foto estampada no Jornal do Brasil**, então uma das principais publicações do país. Um senhor magro, de rosto enrugado, segura na ponta dos dedos um lagarto, sua principal refeição do dia; ao fundo, um tanto desfocada, uma vegetação rala e seca completa o cenário. Em 2025, para ilustrar a capa de seu relatório sobre nutrição infantil, o Unicef usou um desenho que mostra duas crianças (uma delas de celular na mão) diante de figuras de refrigerante, bala, picolé, batata frita e porcaritos em geral.

As duas imagens, tão diferentes, foram apresentadas na mesa de abertura do 7º Fórum de Políticas Públicas da Saúde na Infância. Sintetizam as maiores desgraças alimentares de seu tempo. A do Jornal do Brasil simbolizou o flagelo da fome, agravado pelas secas no Nordeste. A do Unicef, a onipresença dos alimentos ultraprocessados, que são fator chave para o crescimento da obesidade e do sobrepeso, inclusive entre crianças.

A subnutrição diminuiu muito no Brasil desde a década de 1980, a ponto de o país, nos anos 2010, ter saído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O quadro piorou depois de 2019, com a Covid-19 e a interrupção de políticas importantes, a ponto de o Brasil voltar ao Mapa da Fome. Saiu recentemente, com a retomada pós-epidemia e o retorno de medidas de combate ao problema. Por outro lado, o excesso de peso não para de crescer.

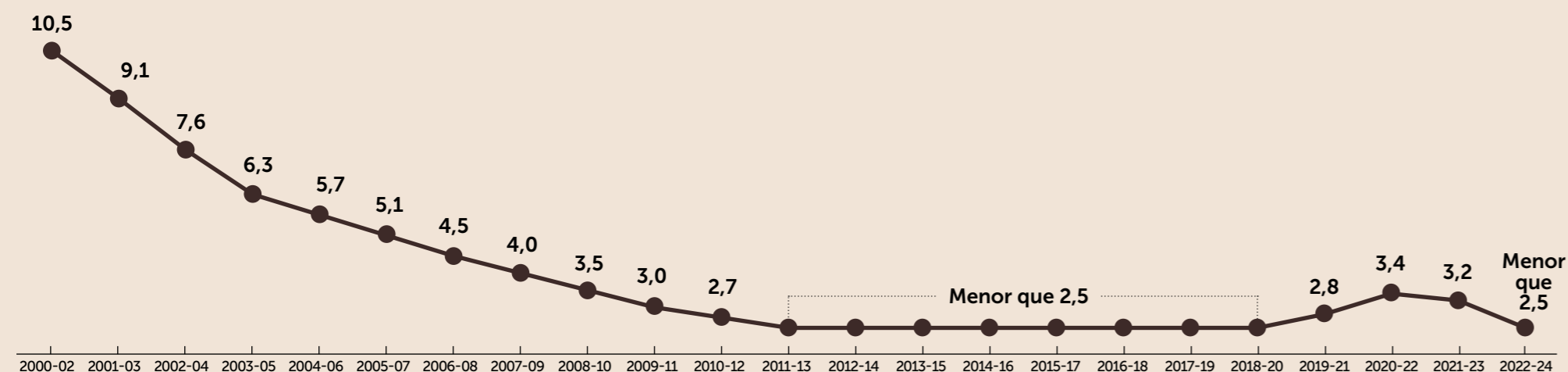


“É o efeito gangorra: cai de um lado, sobe do outro”, resumiu o economista Walter Belik, diretor-adjunto do Instituto Fome Zero, em sua participação na primeira mesa do Fórum. “Isso vem acontecendo não só no Brasil, também em outros países em desenvolvimento, como a China, que conseguiu reduzir a subnutrição a níveis irrisórios, mas a obesidade cresceu de forma exponencial.”

Qualquer que seja o lado mais alto da gangorra, a primeira infância é sempre a etapa mais crítica. “Má nutrição nesse período gera impactos irreversíveis”, observou a socióloga Lilian dos Santos Rahal, secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), em sua apresentação na mesa de abertura do Fórum. “Investir em segurança alimentar e nutricional na infância é investir no futuro do Brasil.”

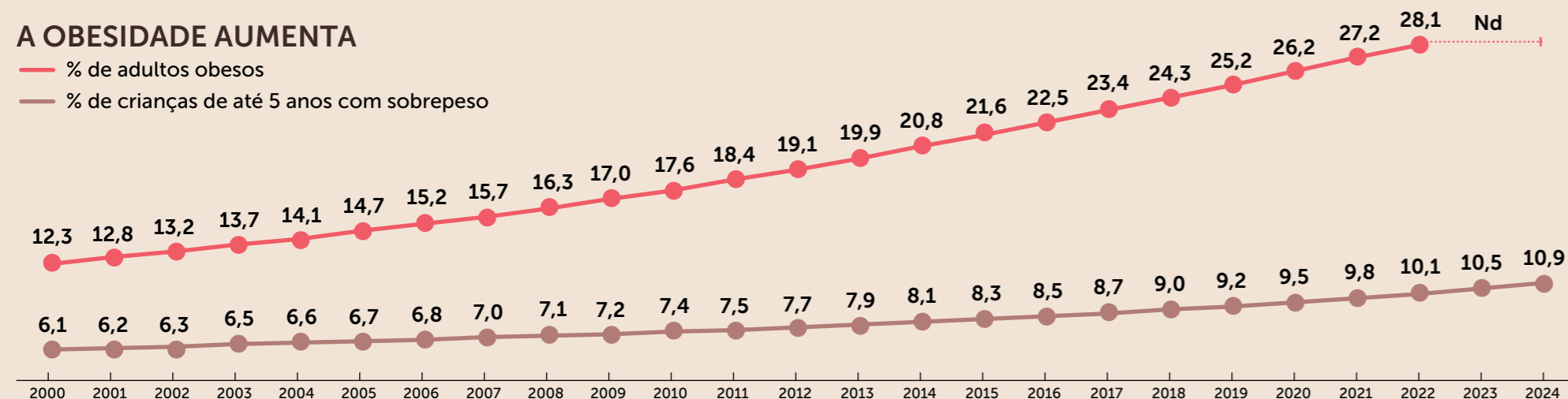
A SUBNUTRIÇÃO DIMINUI...

% de brasileiros subnutridos



A OBESIDADE AUMENTA

— % de adultos obesos
— % de crianças de até 5 anos com sobrepeso



Fonte: FAOSTAT | Nd: Ainda não disponível

QUEDA DA SUBNUTRIÇÃO: COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI

A fome foi o primeiro grande problema de alimentação enfrentado pelo Brasil. Por muitas décadas, as discussões em torno do que hoje se chama de segurança alimentar trataram basicamente da fome e de seus correlatos, como subnutrição. Belik, no Fórum do Infinis, apresentou uma cronologia resumida dos debates sobre o tema.

Anos 1940

A descoberta da fome oculta

O médico e geógrafo brasileiro Josué de Castro introduziu o conceito de “fome oculta”. “Pela falta permanente de determinados elementos nutritivos (...) grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias”, escreveu em seu clássico “Geografia da Fome”.

Anos 1950

A urbanização e o neomalthusianismo

A migração do campo para a cidade renovou as discussões sobre como abastecer uma população em crescimento que cada vez menos trabalhava na produção de alimentos.

Anos 1960

Reformas de base para mover obstáculos estruturais

O governo de João Goulart propunha que era necessário fazer reformas estruturais para aumentar a produção agrícola — uma delas, a reforma agrária.

Anos 1970

Modernização dos sistemas de abastecimento

Foi a época de criação das Centrais de Abastecimento (Ceasas). Esses grandes estabelecimentos foram implantados nas capitais, para aproximar o pequeno produtor e o comerciante dos centros urbanos, segundo Belik.

Anos 1980

Hiperinflação e carestia

Taxas de inflação acima de 100% ao ano tornavam “praticamente impossível planejar e discutir qualquer política de alimentação”, disse o diretor-adjunto do Instituto Fome Zero. Em 1983, ano de publicação da capa do Jornal do Brasil com um cearense segurando um lagarto, a inflação foi de 164%.

Anos 1990

Desregulação dos mercados e movimentos populares

O Brasil abre mais sua economia e promove várias desregulações a partir de reformas neoliberais. Ao mesmo tempo, cresce a pressão popular para lidar com as questões de alimentação — o movimento que mais se destacou foi a Ação da Cidadania, do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Anos 2000

Combate à fome como prioridade

Foram lançados diversos programas de combate à fome — fundamentais, segundo Belik, para que no começo da década seguinte o Brasil saísse do Mapa da Fome da FAO.

2010 em diante

Novas agendas

Nos últimos anos, ganham força nos debates temas como obesidade, alimentação saudável, monotonia alimentar, ameaça à biodiversidade e perdas e desperdício. Ao final da década de 2010 e no início dos anos de 2020, a subnutrição voltou a subir, e o Brasil retornou para o Mapa da Fome. Para o economista, isso mostra que “a institucionalidade construída ao longo dos anos 2000 não foi suficiente para segurar a tragédia que nós vivemos a partir [dos governos] de Temer e Bolsonaro”. Pouco depois, a subnutrição recuou de novo, e em 2022-2024 o Brasil novamente saiu do Mapa da Fome.

A que se deve essa melhoria recente?

Em sua apresentação, a secretária Lilian Rahal, do MDS, mencionou duas grandes linhas de ação.

MELHORIAS GERAIS

- **Queda das taxas de desemprego:** Elas vêm caindo de forma praticamente contínua desde o segundo trimestre de 2022 e alcançaram, em 2025, os menores níveis da série histórica.
- **Reajuste do salário mínimo:** A variação tem sido mais de 2 pontos percentuais maior que a inflação desde 2023 (antes, raramente ultrapassava 1 ponto percentual)

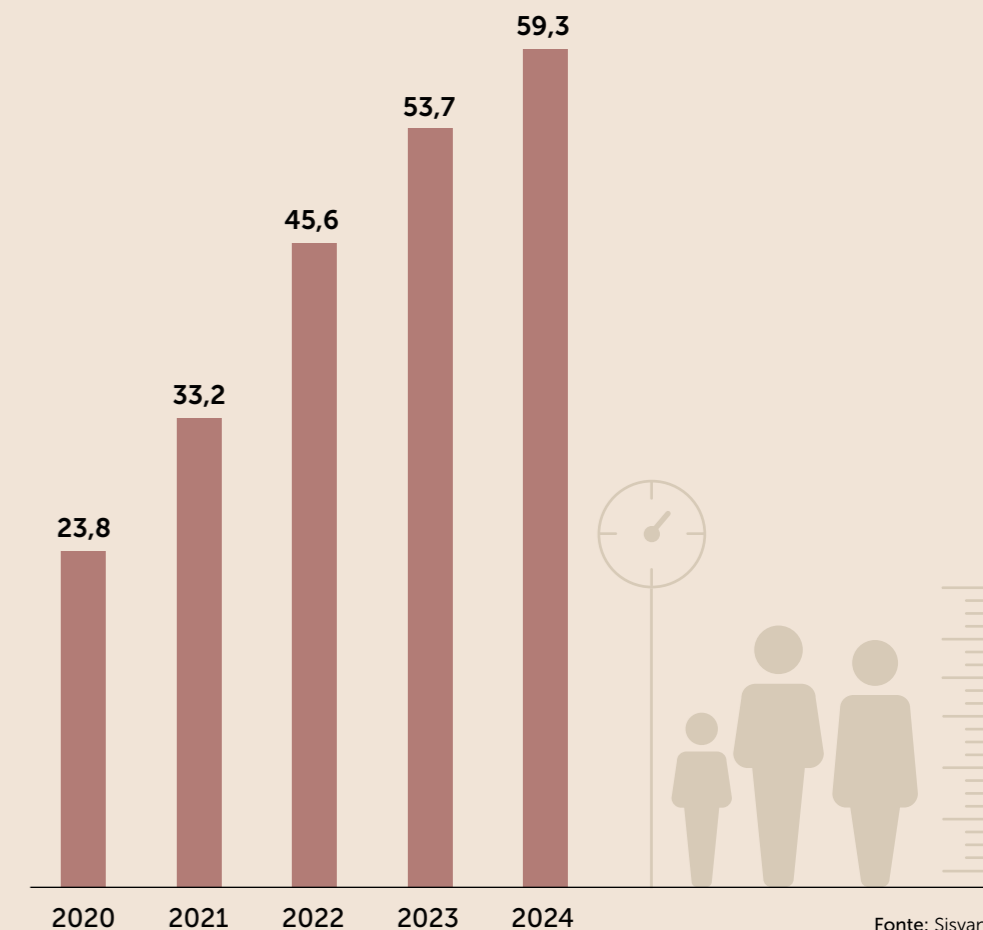
MELHORIAS ESPECÍFICAS

- **Incremento do Bolsa Família:** O benefício aumentou para R\$ 600 ainda em 2022. O governo atual manteve a cifra, mas incluiu acréscimos em casos específicos (quando a família tem gestante, criança ou adolescente). O orçamento anual tem ficado em torno de R\$ 150 bilhões, afirmou Rahal. “Não é só o orçamento que importa, mas também o desenho do programa, que volta a considerar a composição familiar e o número de pessoas no domicílio como definidor do valor do benefício.”
- **Reformulação dos subsídios para produção de alimentos:** A secretária mencionou uma revalorização da agricultura familiar e a ampliação de subsídios para alimentos da cesta básica.

- **Retomada dos princípios consolidados nos anos 2000:** Rahal referiu-se sobretudo ao arcabouço que começou a ser estruturado a partir da aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que criou o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), em 2006. “Essa lei cria não só o sistema, mas o conceito de segurança alimentar com o qual trabalhamos atualmente. Ela desenha um sistema público, intersetorial, participativo, prevendo instâncias públicas claras de gestão”, disse. Pouco depois, em 2010, uma emenda constitucional inseriu a alimentação como direito de todos e dever do Estado.
- **Reaproximação entre produtores e consumidores:** Isso se dá por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Programa de Aquisição de Alimentos e do Alimenta Cidades.
- **Acompanhamento mais intenso do estado nutricional:** Este ponto foi sublinhado por Kelly Poliany Alves, coordenadora-geral de Alimentação e Nutrição da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde. Em sua apresentação no Fórum, ela mostrou que, nas unidades básicas de saúde, aumentou a aferição tanto de peso e altura quanto de marcadores de consumo alimentar. “Crianças de 0 a 9 anos representam um percentual importante desse público”, destacou.

SUS AMPLIA O ACOMPANHAMENTO DO ESTADO NUTRICIONAL

Número de pessoas com peso e altura medidos em postos de saúde, em milhões de pessoas

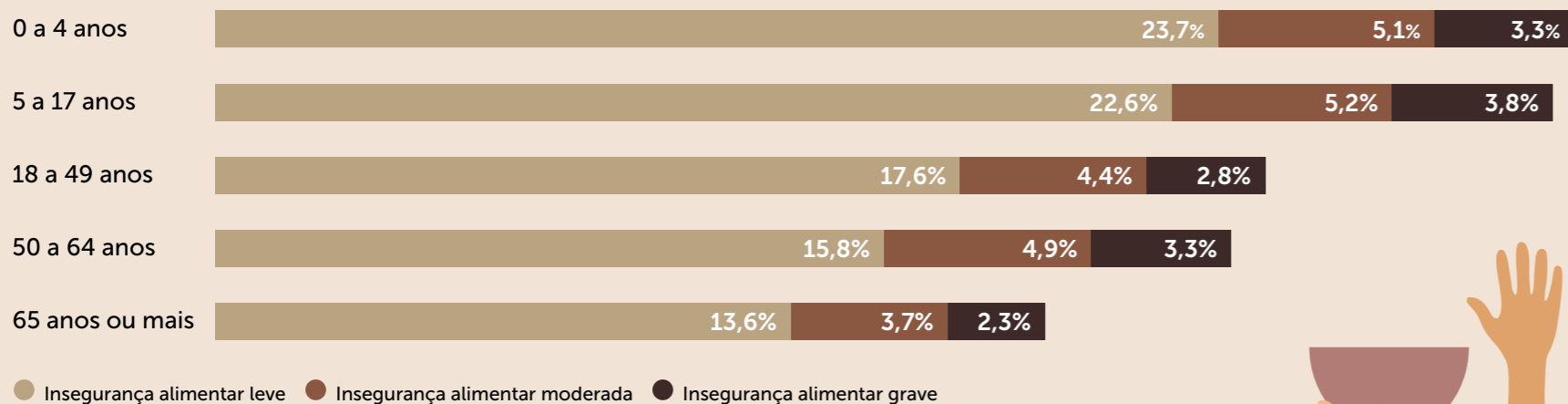


A subnutrição ainda é um problema

O fato de o Brasil ter saído do Mapa da Fome não significa que o problema esteja solucionado. Mais de um quarto dos domicílios brasileiros padece de algum tipo de insegurança alimentar. Entre as crianças, o quadro é mais grave. “Quanto mais crianças no domicílio, mais prevalente a insegurança alimentar, especialmente a grave”, frisou Lilian Rahal. “Lares chefiados por mulheres, especialmente mulheres negras com mais crianças, têm maior tendência de insegurança alimentar grave”, acrescentou.

CRIANÇAS SOFREM MAIS INSEGURANÇA ALIMENTAR

Percentual de moradores de domicílios com algum grau de insegurança alimentar, por faixa etária



Fonte: Pnad/IBGE 2024

“Saímos do Mapa da Fome, mas ainda temos milhões de pessoas nessa situação”, observou Kelly Alves, do Ministério da Saúde. “E cada vez fica mais difícil encontrá-las, porque são pessoas não assistidas pelas políticas públicas.”

O programa Brasil sem Fome, concebido com o objetivo de tirar o país do Mapa da Fome, prevê protocolos para localizar e identificar brasileiros em insegurança alimentar e agir o mais rapidamente possível, de forma a incluí-los em políticas de proteção social e de acesso imediato aos alimentos. Na triagem feita pelas equipes de Saúde da Família, duas perguntas sobre disponibilidade física e financeira de alimentos servem de alerta. Se for identificado risco de insegurança alimentar, os profissionais de saúde acionam os de assistência social para a família receber um acompanhamento mais sistematizado.

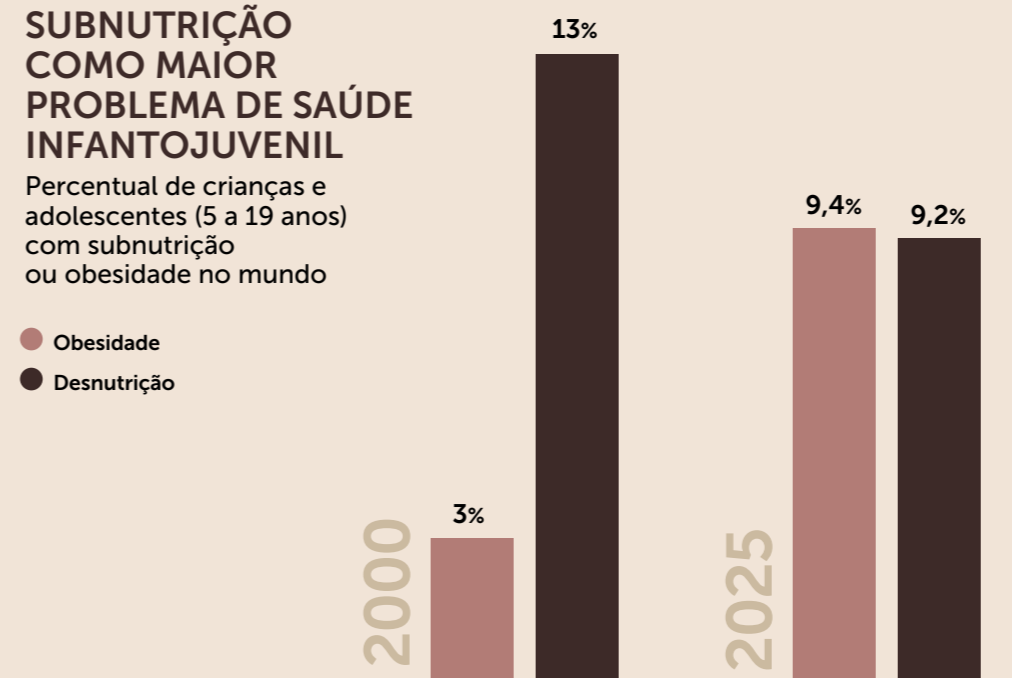
AUMENTO DO EXCESSO DE PESO: COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI

Em 2025, pela primeira vez na história, a porcentagem de crianças e adolescentes obesos no mundo superou a de subnutridos, segundo Relatório sobre Nutrição Infantil 2025, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Note-se que a comparação não é de subnutrição com **excesso de peso**, mas com obesidade, que é condição mais aguda do excesso de peso.

OBESIDADE SUPERA SUBNUTRIÇÃO COMO MAIOR PROBLEMA DE SAÚDE INFANTOJUVENIL

Percentual de crianças e adolescentes (5 a 19 anos) com subnutrição ou obesidade no mundo

● Obesidade
● Desnutrição



Fonte: Unicef



A DIFERENÇA ENTRE OBESIDADE E SOBREPESO

Nas pesquisas de saúde pública, as definições de obesidade e sobrepeso em adultos costumam levar em conta um Índice de Massa Corporal (IMC) fixo. Em crianças e adolescentes, não, porque eles estão em fase de desenvolvimento (um IMC "normal" de uma criança de 5 anos é bem diferente do de uma adolescente de 15, por exemplo). Por isso, para a faixa dos 5 a 19 anos os órgãos de saúde costumam usar as seguintes classificações:

SOBREPESO

Quando a criança ou o adolescente tem um IMC maior que o de 85% a 97% das pessoas da sua idade.

OBESIDADE

Quando a criança ou o adolescente tem um IMC maior que o de 97% das pessoas da sua idade.

EXCESSO DE PESO

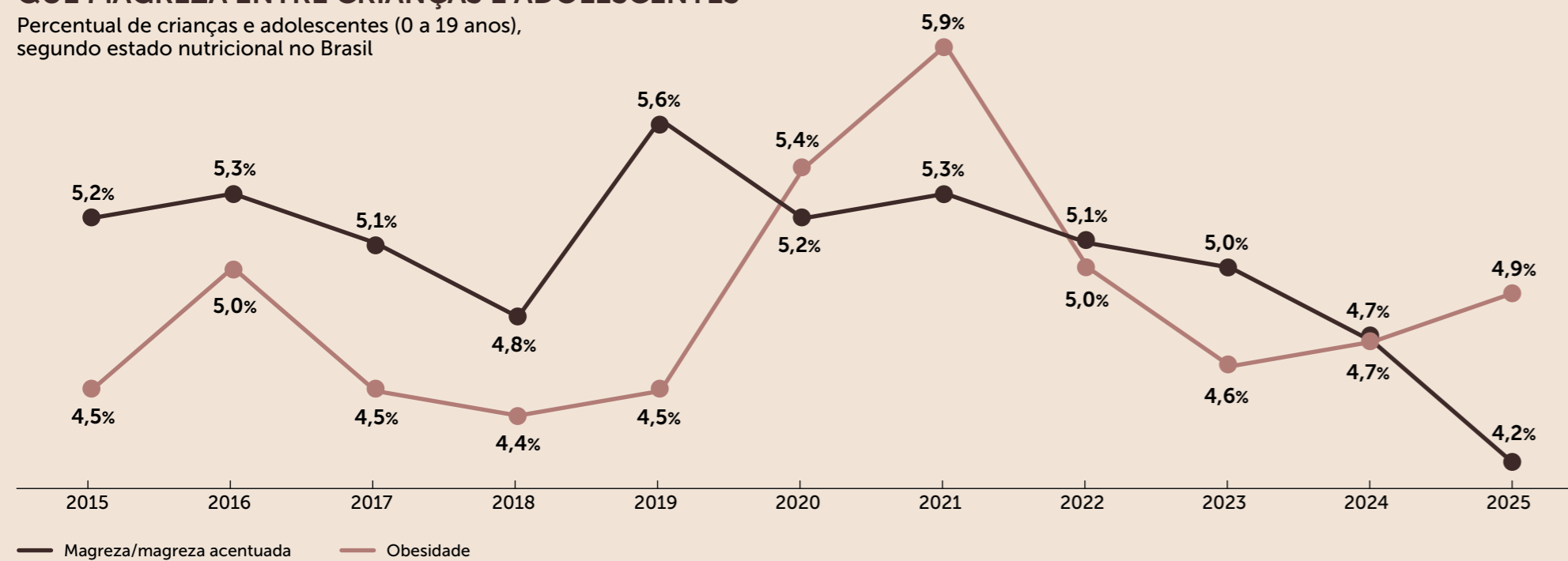
É a soma das duas categorias.

No Brasil, a tendência é parecida. Os dados divulgados regularmente não são das crianças como um todo, mas apenas das atendidas nas unidades básicas de saúde. Eles mostram que a proporção de pessoas de até 19 anos obesas superou a de magras ou muito magras em 2020 e 2021 (quando o número de pacientes com peso e altura aferidos diminuiu, por influência da pandemia) e em 2025.

“A obesidade tem crescido de uma forma muito rápida nos últimos anos, principalmente desde 2000”, disse a oficial de Saúde e Nutrição do Unicef no Brasil, Stephanie Amaral, em sua palestra na mesa de abertura do Fórum. “Em alguns países de baixa renda e renda média, o excesso de peso está triplicando, quadruplicando. Mesmo países onde antes havia formas alarmantes de desnutrição hoje estão vivendo essa virada de mais obesidade do que desnutrição”.

NO BRASIL, OBESIDADE PASSA A SER MAIS FREQUENTE QUE MAGREZA ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Percentual de crianças e adolescentes (0 a 19 anos), segundo estado nutricional no Brasil



Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional/Ministério da Saúde

O papel decisivo dos ultraprocessados

As falas durante o Fórum indicaram que as crianças e os adolescentes, de maneira geral, têm tido mais acesso a comida — mas não necessariamente à alimentação saudável. Pode-se dizer que um problema de segurança alimentar (subnutrição) está sendo substituído por outro (excesso de peso).

“Os fatores que levam à fome são os mesmos que levam ao excesso de peso, à obesidade: falta de alimento saudável, situações de pobreza em que mães solo, de periferias, trabalham longas horas e não têm tempo de cozinhar — e na comunidade só vende alimento ultraprocessado”, comentou Amaral.

Os **ultraprocessados** foram mencionados por todos os palestrantes. O problema não é esse grupo de produtos, por si só — embora eles sejam, sim, prejudiciais. É a lógica de produção, consumo e preparo da qual eles fazem parte. Para usar uma expressão muito citada no debate: é o ambiente alimentar, caracterizado pela publicidade agressiva (voltada inclusive às crianças), pelo preço mais baixo dos ultraprocessados e por sua maior disponibilidade.

“Milhões de crianças e adolescentes estão crescendo em ambientes onde bebidas açucaradas, fast foods e lanches salgados e doces, incluindo alimentos e bebidas ultraprocessados, são altamente acessíveis e promovidos de forma agressiva”, afirma o relatório Alimentando o lucro — Como os ambientes alimentares estão falhando com as crianças, do Unicef, lembrado por vários debatedores.



O QUE SÃO ULTRAPROCESSADOS

Na definição do Unicef, alimentos e bebidas ultraprocessados são aqueles formulados industrialmente e compostos sobretudo por substâncias quimicamente modificadas, aditivos e conservantes. Contêm pouco ou nenhum alimento integral. Quase sempre são ricos em amidos refinados, açúcar, sal e gordura, incluindo gordura trans.

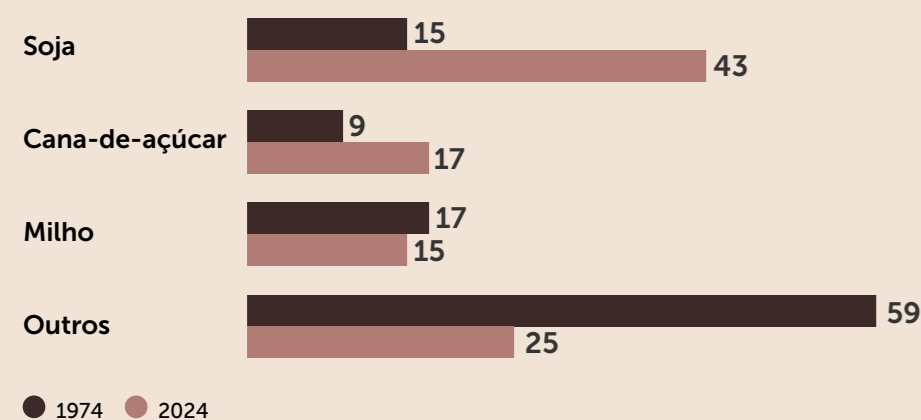
“Esses ambientes alimentares não saudáveis estão gerando uma alimentação pobre em nutrientes e um aumento no sobrepeso e na obesidade de crianças e adolescentes, mesmo em países que ainda lutam contra a desnutrição infantil”, acrescenta o documento.

Na primeira mesa do Fórum, foram listadas diversas características do sistema que sustenta tais ambientes:

- **Monotonia alimentar:** Apesar de haver cerca de 400 plantas cultiváveis, grande parte da alimentação humana baseia-se em seis produtos: soja, milho, cana-de-açúcar, batata, arroz e trigo, segundo Belik, do Instituto Fome Zero. Essas plantas são justamente as que mais servem à indústria de ultraprocessados. Na pecuária e na piscicultura, poucas espécies são usadas. “Os subsídios agrícolas dão à soja e ao milho muita vantagem para ser a base dos alimentos ultraprocessados”, comentou Lilian Rahal, do MDS. “Isso é um dos fatores que vêm tornando a alimentação saudável mais cara e os ultraprocessados cada vez mais baratos e disponíveis.”

TRÊS PRODUTOS RESPONDEM POR 75% DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ALIMENTOS

Porcentagem da produção das lavouras brasileiras

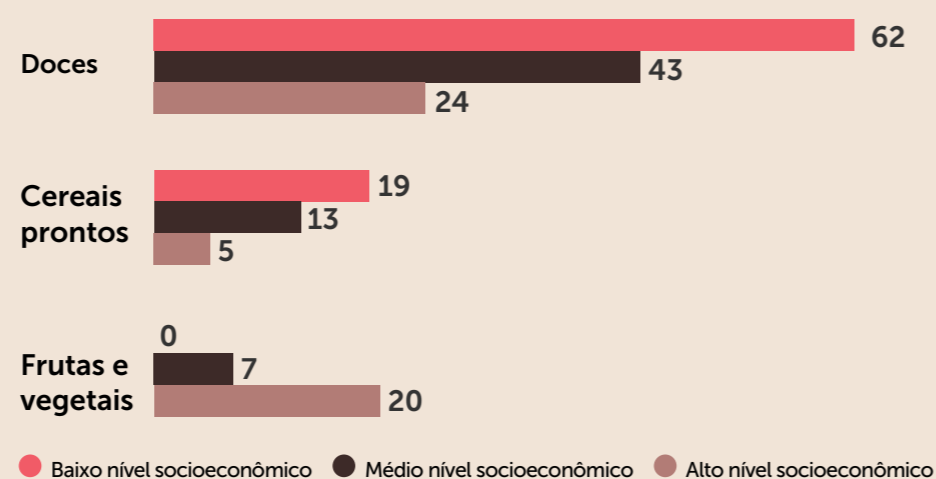


Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE)

- **Superexposição de ultraprocessados:** Salgadinhos, doces e bebidas açucaradas estão cada vez mais presentes nos mercados. O relatório do Unicef mostra que os doces são os produtos mais expostos na entrada das lojas ou ao alcance dos olhos das crianças — isso ocorre em todas as camadas sociais, mas com mais frequência entre as mais pobres. “Antes, ultraprocessados eram muito consumidos por pessoas com status socioeconômico mais alto. Mas depois houve uma migração, quando ultraprocessados se tornaram muito mais acessíveis, mais baratos do que os alimentos frescos”, disse Stephanie Amaral.

CRIANÇAS POBRES SÃO MAIS EXPOSTAS A DOCES NOS MERCADOS

Porcentagem de lojas que oferecem produtos ao alcance das crianças, por nível socioeconômico do bairro — Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica e México



Fonte: Unicef

- **Avanço dos supermercados:** Nas áreas urbanas do Brasil, 62,2% das compras de alimentos são feitas em supermercados e hipermercados. Como notou Belik, “para movimentar esse tipo de operação é preciso trabalhar um mercado de massa, que exige custos baixos e uma rotação muito rápida”. Isso significa que é difícil para um supermercado operar com alimentos frescos, como frutas e legumes: o desperdício é grande. “Já os ultraprocessados, os alimentos empacotados, são mais simples de trabalhar. E isso favorece uma queda de preço — o ultraprocessado é a caloria mais barata do Brasil”, declarou o economista.

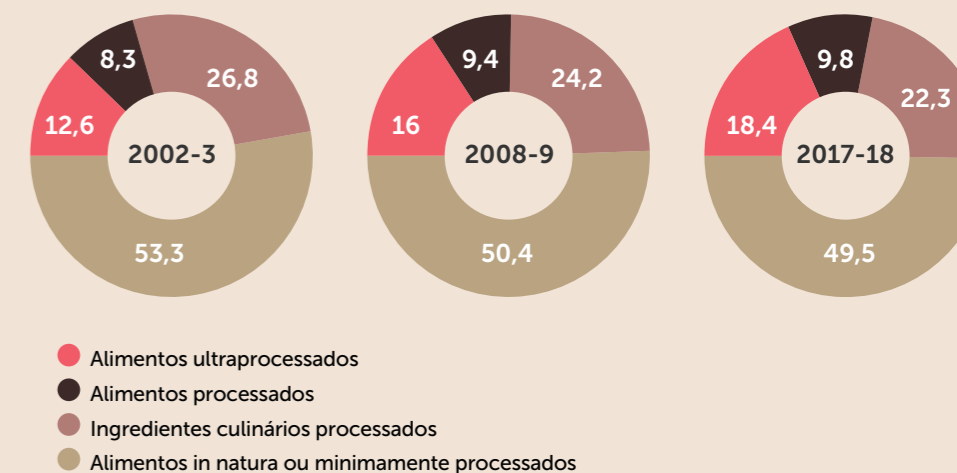
- **Publicidade agressiva:** O marketing é um dos principais fatores que levam crianças e adolescentes a escolherem alimentos ultraprocessados. O relatório do Unicef aponta que 75% das pessoas de 13 a 24 anos viram, na semana anterior à pesquisa, pelo menos um anúncio de bebida açucarada, lanche ou fast food. A porcentagem é significativa mesmo em países de baixa renda (65%). Pesquisas do Ministério da Saúde mostram que a maioria (52%) das crianças de 2 a 4 anos atendidas em UBSs tem o hábito de comer em frente à televisão. Belik sublinhou que a propaganda é dirigida à criança, o que agrava o problema e dificulta a prevenção. “Mesmo que a gente se esforce para mostrar que produtos saudáveis são melhores para a saúde, isso pode convencer os adultos, mas não as crianças.”

- **Aumento do consumo de ultraprocessados:** Essa é uma tendência que vem predominando mundialmente, sobretudo nos países de renda média, como o Brasil. “Os ultraprocessados chegam aos lugares mais remotos. A gente vê populações indígenas

já com altos níveis de sobrepeso, obesidade, por causa do aumento do consumo de ultraprocessados”, comentou Stephanie Amaral. Como destacou Kelly Alves, as pesquisas nas UBS mostram níveis “chocantes” de consumo dessa categoria de alimentos entre crianças de 2 a 4 anos — e até mesmo entre crianças de menos de 2 anos. Mas o aumento não é linear — tem sido maior em famílias pobres. “Cada vez mais o consumo de ultraprocessados se torna um marcador de pobreza”, disse a representante do Unicef. Rahal, do MDS, citou estudos segundo os quais crianças pretas consomem mais esses produtos do que pardas e brancas.

ULTRAPROCESSADOS SÃO A CATEGORIA CUJO CONSUMO MAIS AUMENTOU NOS ÚLTIMOS ANOS

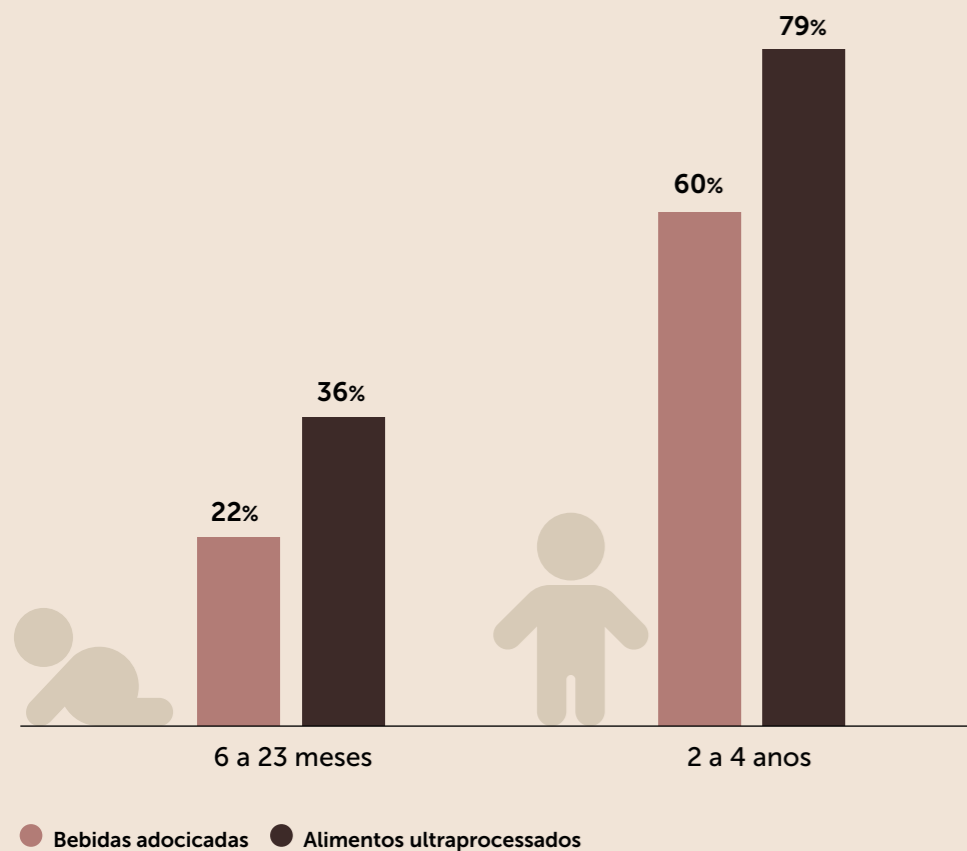
Participação dos grupos de alimentos no total de calorias (% , Brasil)



Fonte: Instituto Imaflora, a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), IBGE

ULTRAPROCESSADOS SÃO CONSUMIDOS POR MAIS DE 1/3 DOS BEBÊS E QUASE 80% DAS CRIANÇAS PEQUENAS

Consumo alimentar entre crianças atendidas em unidades básicas de saúde (% , Brasil, 2024)



Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional/Ministério da Saúde

O papel decisivo da indústria de alimentos

Os debatedores da mesa de abertura do Fórum frisaram que a explosão do número de pessoas obesas está fortemente relacionada à ação da indústria alimentícia. Não só como produtora de ultraprocessados, mas sobretudo como agente que tenta frear ou reverter políticas de alimentação saudável.

“As práticas antiéticas da indústria de alimentos e bebidas ultraprocessados minam a ação do governo e exploram as crianças, mesmo em tempos de crise”, afirmou Stephanie Amaral. O relatório do Unicef apresenta táticas de que o setor lança mão para dificultar o avanço de medidas regulatórias:

- **Atrasar a ação política:** Para retardar a implementação de novas ações, a indústria pede mais evidências científicas (mesmo quando já há consenso) e períodos maiores de debates.
- **Enfraquecer o impacto da ação pública:** Defende autorregulação, como medidas não obrigatórias sobre rotulação e publicidade. Faz lobby no Legislativo para limitar restrições, deixar brechas nas leis ou enfraquecê-las, introduzindo isenções para determinados produtos e empresas. Na regulamentação das leis, pressiona para que regras sejam vagas ou fáceis de contornar. Pressiona também por longos períodos de transição.

- **Afastar a culpa das empresas:** Propaga a ideia de que excesso de peso se deve a escolhas individuais (baixa atividade física, estilo de vida não saudável). Apresenta os ultraprocessados como parte de uma “dieta equilibrada”, com versões mais “saudáveis” (nas quais há adição de vitaminas ou redução de açúcar). Juntam-se a associações de causas sociais, para tentar limpar a imagem do setor.
- **Explorar divisões políticas:** Para diluir o combate às suas posições, estimula divergência entre órgãos de governo (como ministérios da Saúde e do Comércio ou Indústria) e incentiva a fragmentação na sociedade civil e na comunidade científica.
- **Negar as evidências e silenciar os críticos:** Financia pesquisas tendenciosas e recruta acadêmicos para apoiar suas posições, ao mesmo tempo em que ataca trabalhos independentes críticos aos ultraprocessados. Desenvolve campanhas para desacreditar especialistas, intimidar governos e pesquisadores.
- **Cria e estimula falsos debates:** Distorce o conteúdo ou as implicações das políticas públicas, para gerar dissidências — por exemplo, tratando ações de governo como interferência na livre escolha. Às vezes, faz isso por meio de entidades de fachada disfarçadas de independentes. Usa argumentos econômicos (como supostas ameaças aos empregos ou às pequenas empresas) para combater medidas de saúde pública.

A oficial do Unicef deu exemplo de algumas das práticas do setor no Brasil. A adição de rótulos frontais (avisando, por exemplo, que o produto em questão é alto em açúcar adicionado ou em gordura saturada) “demorou seis anos para ser aprovada, por causa de muita interferência da indústria”. Além disso, listou vários casos de influência em projetos de lei que buscavam proibir a venda de ultraprocessados nas escolas. Em Belém e Recife, o projeto foi engavetado. Em Maceió e na Bahia, o termo “ultraprocessado” foi retirado do texto. Em Ribeirão Preto (SP), houve veto do prefeito.

Em nível federal, Lilian Rahal mencionou a aprovação, na reforma tributária, de um imposto seletivo para bebidas açucaradas. “Foi uma enorme conquista, mas já há projeto de lei definindo percentuais irrisórios de imposto”, apontou.

Kelly Alves, do Ministério da Saúde, citou a dificuldade de implementar resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre publicidade de alimentos com alto teor de açúcar, sódio e gordura. “É uma luta de 15 anos. Chegou pela quarta vez ao STF, que nas três anteriores deu decisão favorável ao papel da Anvisa. Ainda assim, as associações do setor continuam insistindo que isso prejudicaria a liberdade de expressão, de forma completamente deturpada.”

O QUE FAZER?

As sugestões levantadas durante a mesa inaugural do Fórum podem ser sintetizadas em seis tópicos.

01 COMBATER AO MESMO TEMPO A FOME E O EXCESSO DE PESO

O efeito gangorra (queda da subnutrição, aumento do sobrepeso e da obesidade) não exige as políticas públicas de combater os dois problemas. A realidade, como explicou a secretária do MDS, é que no Brasil “a insegurança alimentar grave convive com a exposição a ultraprocessados e com a tendência crescente de excesso de peso e obesidade na população infantil”.

“O SUS precisa acompanhar essas diferentes formas de má nutrição”, concordou Kelly Alves. “Se a gente não identifica logo o baixo peso e a possível desnutrição, não consegue agir no tempo oportuno — o agravamento é rápido, levando a internação e óbito. Por outro lado, também é preciso estar atento ao sobrepeso e à obesidade, porque, se a pessoa chega à adolescência e à vida adulta com esse estado nutricional, tem mais dificuldade de voltar à eutrofia”.

02 CONSOLIDAR MEDIDAS QUE DERAM CERTO

Belik, do Instituto Fome Zero, insistiu na importância de as políticas de segurança alimentar serem “políticas de Estado”. Amaral, do Unicef, elogiou o guia alimentar brasileiro, a reforma tributária que isentou alimentos da cesta básica e criou impostos seletivos para bebidas açucaradas, a rotulagem frontal, a proibição de gordura trans industrial e o programa de merenda escolar. “São medidas que promovem alimentação saudável e previnem sobrepeso e obesidade”.

03 REGULAR A INDÚSTRIA DE ULTRAPROCESSADOS

Essa é uma proposta que se desmembra em várias. Inclui:

- Restringir o marketing (inclusive digital) de produtos substitutos do leite materno;
- Limitar a disponibilidade e a venda de ultraprocessados;
- Tributar alimentos e bebidas não saudáveis;
- Proteger os processos políticos contra a interferência antiética das empresas (por exemplo, por meio de regras transparentes sobre lobbies e sobre participação em associações setoriais).

04 REFORÇAR PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

A ligação entre combate à pobreza e combate à subnutrição já é bastante evidente. Mas vale também para excesso de peso. Neste caso, porém, é importante que os programas abranjam medidas para melhorar o acesso a alimentos saudáveis. “Às vezes, as famílias trocam uma alimentação saudável, como arroz e feijão, por macarrão com salsicha”, lamentou Stephanie Amaral.

05 ENCURTAR A DISTÂNCIA ENTRE PRODUTORES E CONSUMIDORES

Essa sugestão envolve o que, no jargão da área, chama-se de “circuito curto”: pequenas cadeias produtivas, com número mínimo de intermediários. Isso significa, por exemplo, produção de alimentos em locais próximos aos centros urbanos (como as hortas urbanas). Trata-se de uma estratégia que favorece o consumo de alimentos saudáveis e, ao reduzir distâncias, reduz também a emissão de gases de efeito estufa no transporte. “As plataformas digitais já representam 11% do varejo. Hoje, são um espaço de concentração, mas a agricultura familiar pode pegar carona para recolocar a possibilidade de uma alimentação saudável”, disse Belik. Rahal listou alguns programas do Ministério do Desenvolvimento Social que estimulam os circuitos curtos, como o Alimenta Cidades, o Programa de Aquisição de Alimentos e as Cozinhas Solidárias.

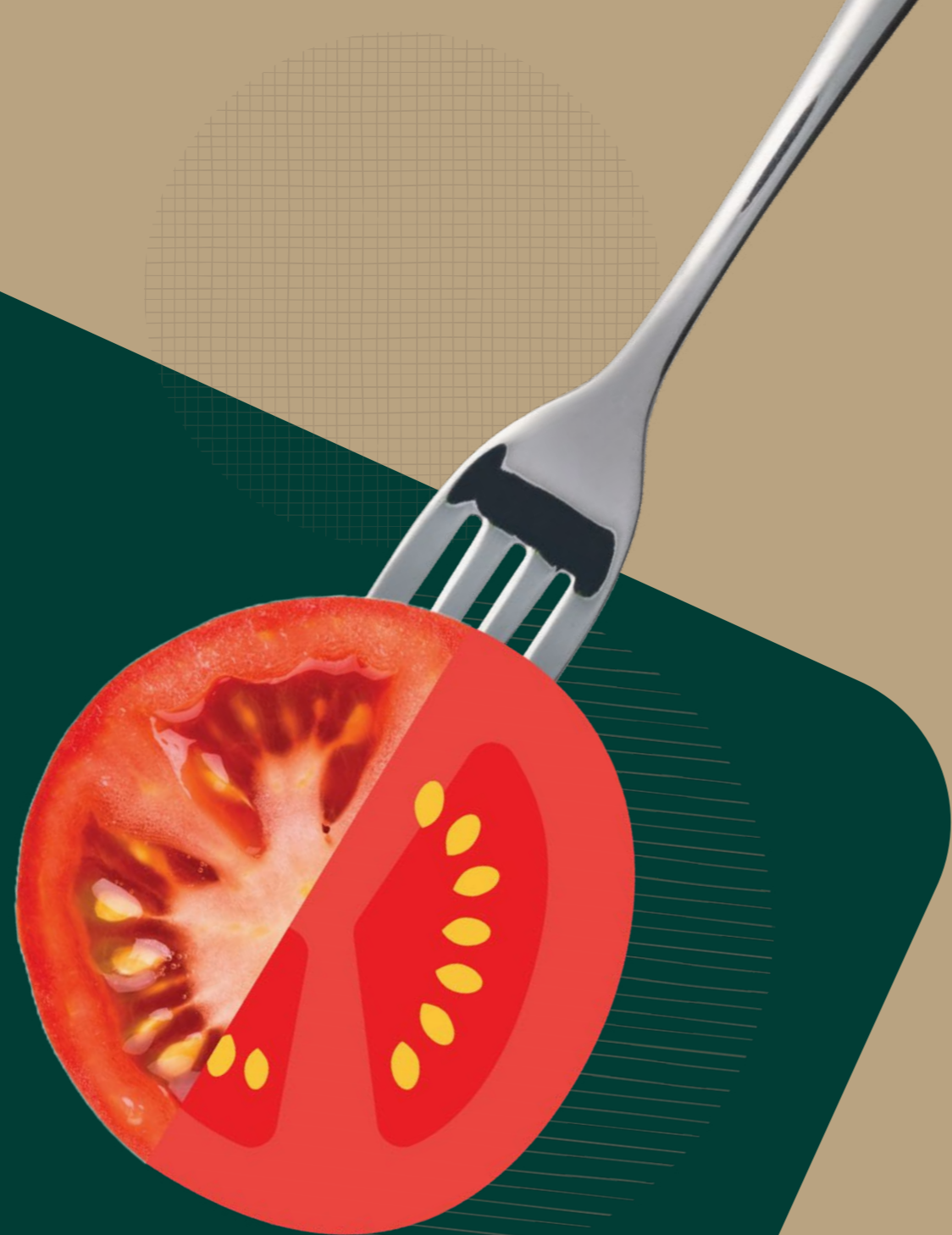
06 ENFATIZAR MEDIDAS VOLTADAS ÀS ESCOLAS

Esse tema foi o centro do debate da segunda mesa do Fórum (veja o capítulo a seguir), mas apareceu também na primeira. Amaral defendeu que não basta às escolas oferecer alimentação saudável. Elas precisam proteger crianças e adolescentes de ambientes que estimulam o consumo de comida não saudável — o que requer proibir internamente a publicidade, a doação e a venda de ultraprocessados e fortalecer ações de educação nutricional.



02

Alimentação na escola: o que é bom pode ficar melhor



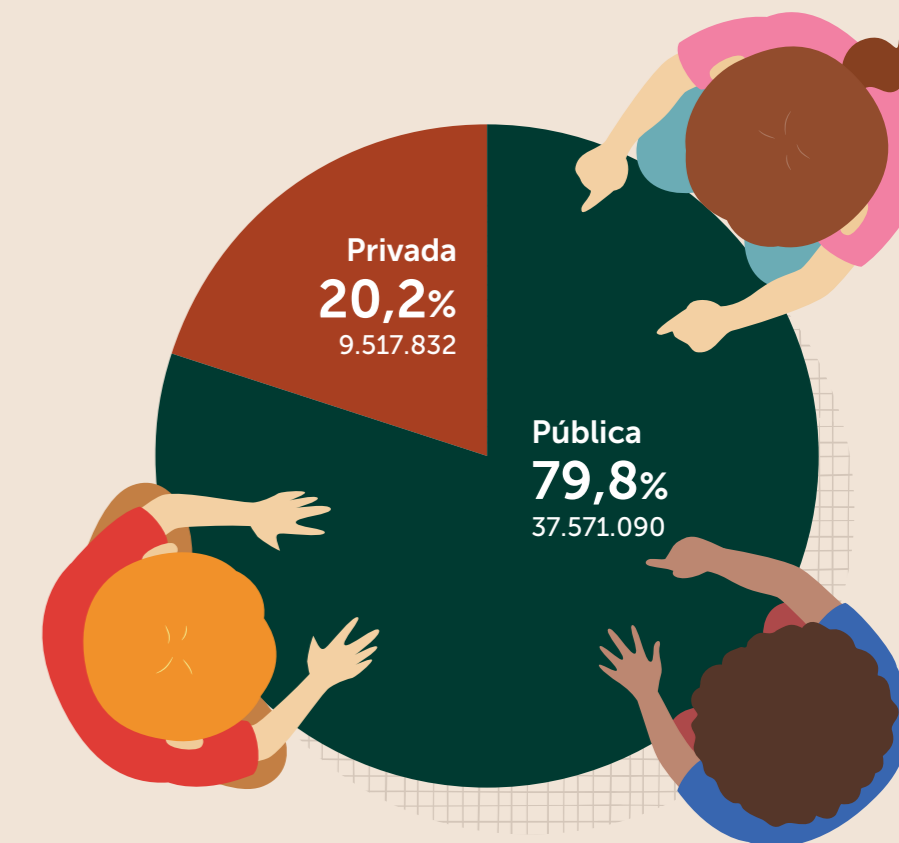
Não é exagero dizer que a escola é (ou deveria ser) um dos locais onde as crianças mais passam sua vida. Elas ficam, no mínimo, quatro horas por dia nesses espaços, 200 dias por ano. Lá, fazem de duas a quatro refeições diárias. Com a expansão do ensino integral, a permanência deve aumentar. Portanto, uma política de combate à fome e ao excesso de peso precisa ter as instituições de ensino como eixo central.

“Como vivemos numa cultura obesogênica, a abordagem tem de ser necessariamente coletiva e social. As estratégias precisam passar pela criação de ambientes alimentares saudáveis e protetivos para crianças e adolescentes. Ambientes alimentares saudáveis geram escolhas alimentares saudáveis. Nesse sentido, as escolas são espaços fundamentais”, disse a diretora-executiva do Instituto Desiderata, Renata Couto, moderadora da segunda mesa do 7º Fórum de Políticas Públicas da Saúde na Infância.

Na realidade brasileira, a expressão “escola” inclui espaços bem diferentes. A grande maioria é pública, o que de certa maneira torna mais fácil criar padrões e estabelecer critérios mínimos de qualidade, mas mesmo assim se trata de um universo com verbas, estruturas e práticas um tanto diversas. Há ainda as instituições particulares, que abrigam número muito expressivo de crianças e adolescentes (quase 10 milhões).

OITO EM CADA DEZ ALUNOS ESTUDAM EM ESCOLAS PÚBLICAS

Matrículas na educação básica, 2024



Fonte: Censo Escolar, Inep

ESCOLAS PÚBLICAS: O PNAE COMO PILAR

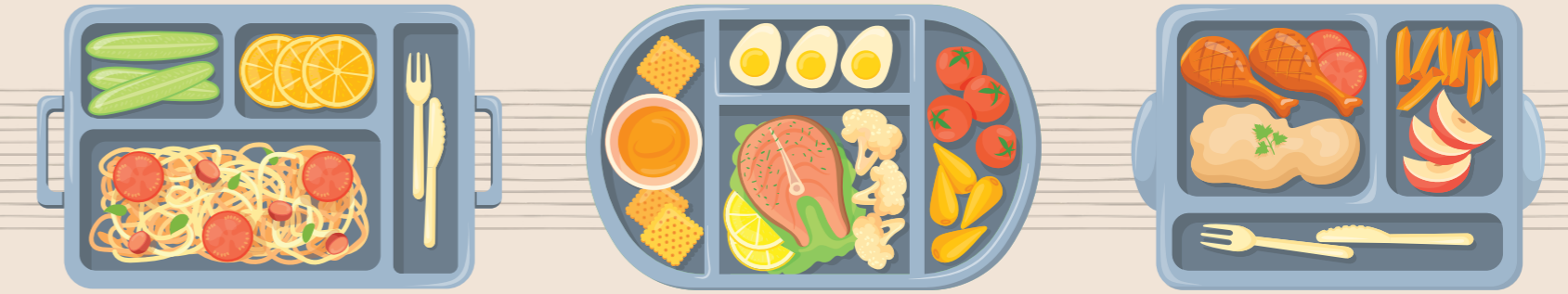
Grande parte dos avanços em segurança alimentar e nutricional, no Brasil, está ligada à criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Hoje, ele atende a cerca de 40 milhões de estudantes de instituições públicas. Na mesa de abertura do Fórum, a representante do Unicef classificou o programa como “um dos mais robustos de alimentação escolar no mundo”. Na segunda mesa, Renata Couto chamou-o de “patrimônio nacional, como o SUS”.

Qual o motivo dos elogios?

A dimensão: O Pnae oferece cerca de 50 milhões de refeições todos os dias, de acordo com dados apresentados pela nutricionista Jordana Costa, da Coordenação-Geral do programa. Segundo ela, a iniciativa está presente em todos os 5.569 municípios do país e recebe aportes de R\$ 5,5 bilhões ao ano. Conta com 60 mil conselheiros de alimentação escolar, responsáveis pelo controle social da política, e 8 mil nutricionistas, que acompanham, planejam e apoiam a execução.

O desenho institucional: Tal como elaborado, o Pnae é permanente. A garantia de alimentação é responsabilidade dos estados e municípios; o que o programa faz é complementar os recursos com fundos federais, por meio de aportes a secretarias estaduais e municipais de Educação. Na prática, porém, em cerca de 1/4 dos casos a verba federal é a única. Suas diretrizes preveem, entre outras coisas, universalização, oferta de alimentos saudáveis e apoio a produtores locais. “O Pnae tem papel estratégico não apenas na nutrição dos estudantes, mas também no combate à fome, conectando segurança alimentar, saúde, educação e desenvolvimento local”, disse Jordana Costa. “Sua contribuição foi fundamental para a recente saída do Brasil do Mapa da Fome.”

Porém, mesmo nos pontos positivos ainda há muito espaço para melhorias. A palestra do cientista político Pedro Vasconcelos, do Observatório da Alimentação Escolar, sinalizou que em vários aspectos há um “mas” a ser enfrentado, como mostram os resultados de um monitoramento publicado pela entidade em 2024.



Há oferta de alimentos saudáveis?

SIM...

Há limites para gastos com alimentos processados e ultraprocessados. Era de 20%, caiu para 15% e, a partir de 2026, no máximo 10% dos recursos do programa podem servir à aquisição desses itens.

A compra de alguns produtos ultraprocessados é proibida com recursos do Pnae, em todos os níveis educacionais. Estão nessa categoria refrigerantes, balas, bombons, chocolate em barra ou granulado, biscoito ou bolacha recheada, maionese e embutidos.

Para crianças de até 3 anos, são proibidas comidas e bebidas com adição de açúcar, mel ou adoçante.

Há um piso mínimo para gastos com alimentos frescos (*in natura*) ou minimamente processados. Era de 75%, passou para 80% e será de 85% a partir de 2026. Além disso, recomenda-se que a verba seja aplicada na aquisição de pelo menos 50 tipos de alimentos frescos por ano.

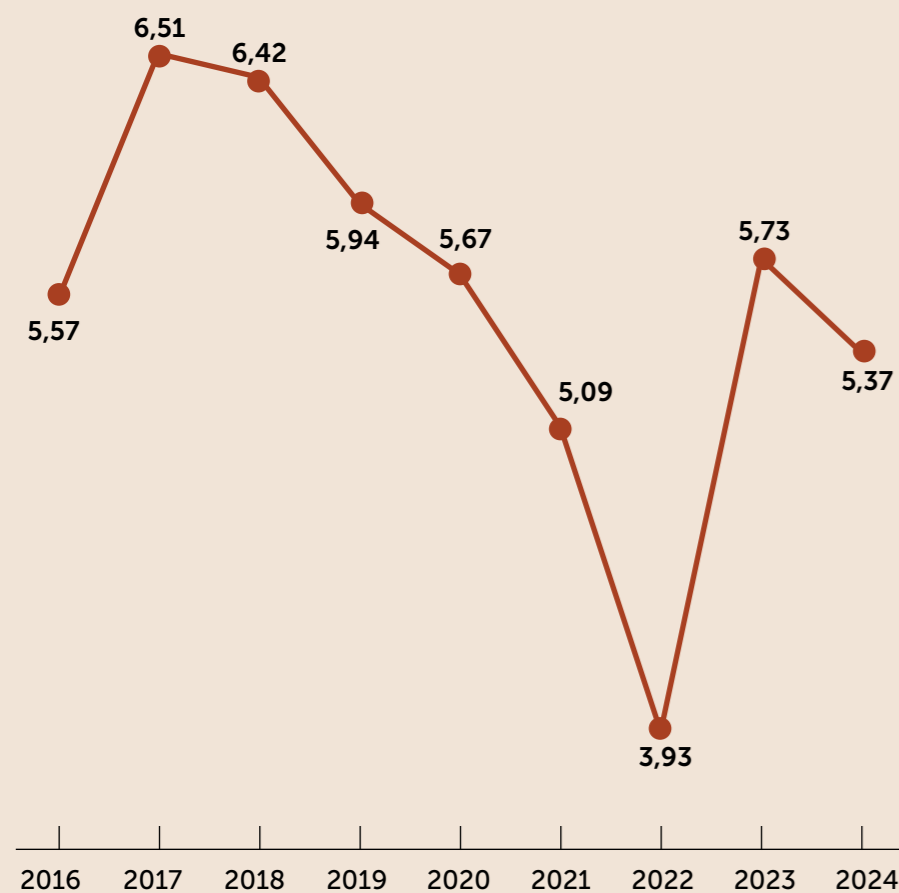
...MAS

Nem sempre as regras são cumpridas. Em 2022, uma pesquisa com entidades executoras do programa (secretarias estaduais ou municipais de Educação, além de escolas federais) apontou que 7% gastavam menos que o mínimo estipulado em alimentos frescos. E 9% gastavam mais do que o estipulado com processados e ultraprocessados. Porém, um estudo da USP com base nas notas fiscais indicou que 60% dos municípios desembolsaram mais de 20% nessa última categoria, em 2019.

Valor dos repasses diminuiu. Não há um reajuste automático, de acordo com a inflação. Os últimos reajustes ocorreram em 2017 e 2023, graças à pressão da sociedade civil. “A realidade é que faltam alimentos em regularidade e quantidade em muitas escolas, em muitos períodos”, disse Vasconcelos. “Ainda dependemos de disponibilidade orçamentária”, admitiu Jordana Costa. Corrigidos pela inflação, os recursos caíram entre 2016 e 2024.

VERBA DO PNAE CAI 3,5% EM OITO ANOS

Montante pago* pelo programa, em R\$ bilhões, valores de 2024

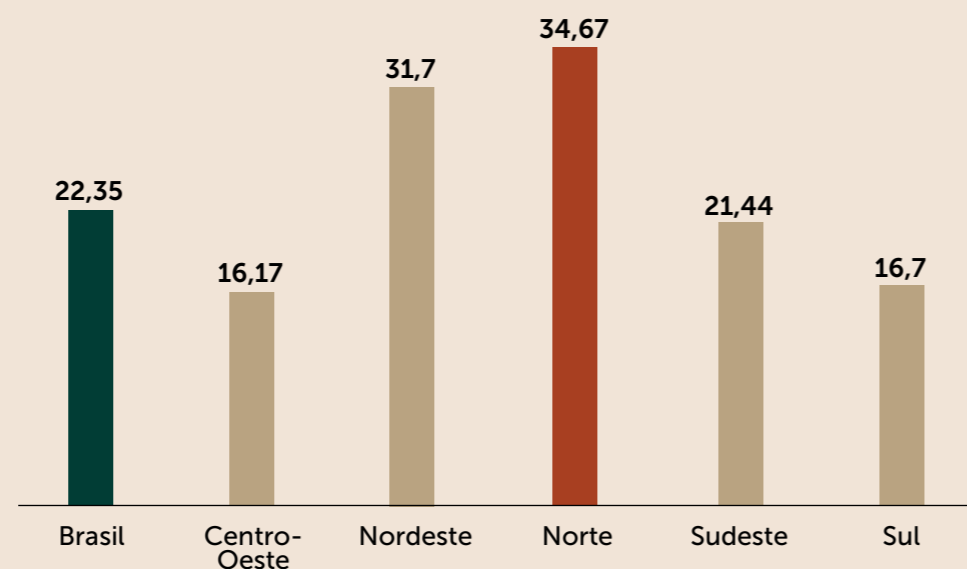


*Valores pagos: Valores pagos+Restos a pagar pagos
Fonte: Orçamento Federal (Siga Brasil), atualizado pelo IPCA Alimentação e Bebidas

Nem sempre o valor federal é complementado. Em tese, o aporte do Pnae é um acréscimo à verba municipal e estadual. No entanto, em alguns casos é o único dinheiro usado para alimentação escolar. Em 2022, mais de um quinto das secretarias de Educação (estaduais ou municipais, além das escolas federais) afirmaram que não colocaram recursos próprios no programa.

NO NORTE, ACRÉSCIMO DOS RECURSOS É MENOR

Percentual de secretarias de Educação* que não complementam recursos do Pnae (2022)



*Secretarias estaduais ou municipais. Inclui também escolas federais
Fonte: FNDE/Observatório da Alimentação Escolar

Os produtos são comprados de pequenos agricultores?

SIM...

Parte dos recursos precisa ser aplicada nesse segmento: Até 2025, 30% do repasse federal deveria ser usado em negócios com pequenos agricultores. A partir de 2026, a fatia sobe para 45%. Vasconcelos, do Observatório da Alimentação Escolar, considera este um dos pontos fortes do programa. "Em alguns países, se fala de 'compra local'. Mas isso pode ser compra em mercado local. No Brasil, falamos em compra direta da agricultura familiar a partir de suas organizações, a partir dos próprios agricultores e agricultoras", comparou. "Temos um mecanismo sofisticadíssimo de compra pública que deve ser valorizado e defendido".

Estratégia traz diversos benefícios. Como destacou Renata Couto, a medida apoia a economia local: envolve mais de 40 mil lavradores. Jordana Costa lembrou que a ênfase em compras de pequenos agricultores:

- **Valoriza a culinária de cada região**, algo especialmente importante em territórios indígenas e quilombolas;
- **Ajuda a mitigar as mudanças climáticas**, ao reduzir a cadeia de distribuição e fortalecer as lavouras agroecológicas;
- **Promove a igualdade de gênero**. Quando os produtos são adquiridos de família rural, pelo menos 50% do valor deve ser pago em nome de mulheres.

...MAS

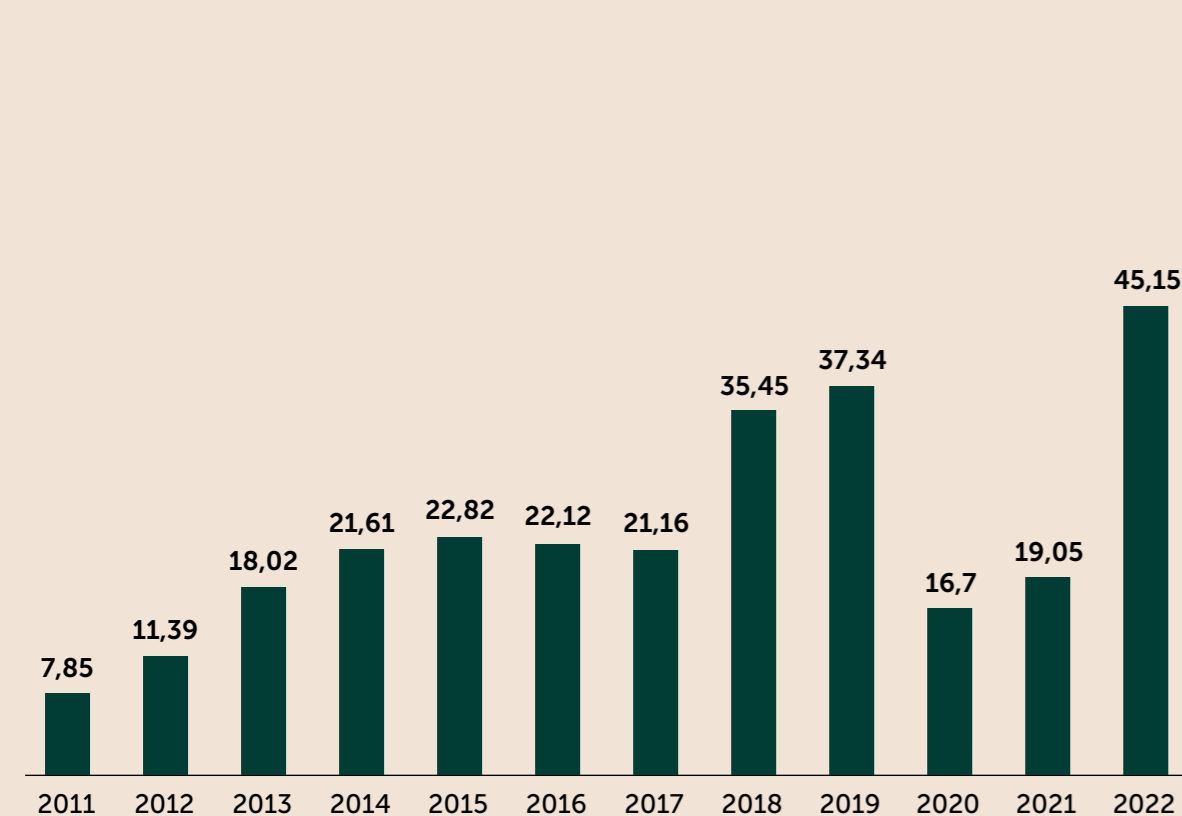
Preferência é questionada em alguns locais. Vasconcelos observou que a aquisição dos itens dos pequenos agricultores, via chamada pública, com dispensa de licitação, por vezes causa temor. "Como se fosse um mecanismo que levasse mais à corrupção do que as próprias licitações", afirmou. Ele defende a manutenção do sistema atual.

Participação da agricultura familiar é desigual nas regiões: Os dados do Pnae demonstram que, em 2022, o percentual investido nesse segmento variava muito. No Sul, por exemplo, quase 70% da verba foi para pequenos agricultores; no Nordeste e no Centro-Oeste, menos de 40%. Ao todo, 28% das entidades executoras (secretarias de Educação municipais e estaduais ou escolas federais) aportam menos de 30% dos repasses no setor.



COMPRAS A PARTIR DE PEQUENOS AGRICULTORES VÊM CRESCENDO...

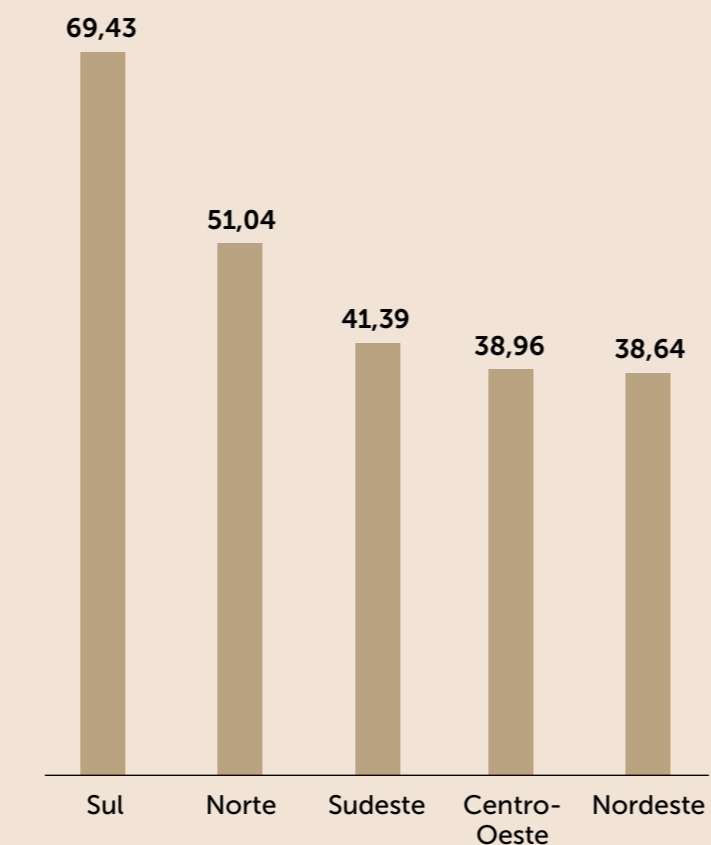
Percentual de aquisição da agricultura familiar no Brasil



Fonte: FNDE/Observatório da Alimentação Escolar

...MAS VARIAM MUITO ENTRE AS REGIÕES.

Percentual de aquisição da agricultura familiar, por região



Fonte: FNDE/Observatório da Alimentação Escolar

O programa inclui ensino sobre alimentação e nutrição?

SIM...

Os livros escolares precisam abordar o assunto. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) estabelece que as obras devem “dialogar com a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar”. Para reforçar o tema, desde 2016 as contracapas dos livros do ensino fundamental mostram conteúdos ligados aos assuntos do Pnae, como alimentação adequada, guia alimentar, ultraprocessados e sistemas alimentares. A partir de 2026, isso ocorrerá também com livros didáticos do ensino médio. “Para além de nutrir, a escola forma hábitos alimentares mais saudáveis. O que pode ter efeito reverso: a criança volta para casa e educa seus pais e familiares para hábitos alimentares mais saudáveis”, disse Renata Couto, do Instituto Desiderata.

O tema é tratado em vários tipos de comunicação. Jordana Costa mencionou a realização anual das Jornadas de Educação Alimentar e Nutricional, evento que ocorre em diversas instituições de ensino. O Pnae começou a produzir, em parceria com o Unicef, um podcast chamado Comer é Aprender — até agora, foram nove episódios. Também publica regularmente notas técnicas acerca dessa vertente do programa.



...MAS

Nem sempre o conteúdo é dado. Um levantamento do Pnae, de 2022, apontou que cerca de um quarto das entidades executoras não demonstrou ter incluído temas de segurança alimentar e nutrição nas escolas. O percentual caiu em comparação a dez anos atrás.

ENSINO DE CONTEÚDOS SOBRE ALIMENTAÇÃO JÁ FOI MAIS ABRANGENTE

Percentual de secretarias de Educação* com ações documentadas sobre educação alimentar e nutricional



*Secretarias estaduais ou municipais. Inclui também escolas federais
Fonte: FNDE/Observatório da Alimentação Escolar

O programa prevê instâncias de controle e fiscalização?

SIM...

Há mais de 30 anos foram criados os Conselhos de Alimentação Escolar. Trata-se de órgãos colegiados permanentes, com função fiscalizadora, deliberativa e de assessoramento. Pela regra, deveriam estar presentes em todos os municípios e unidades da Federação que recebem repasses do Pnae. Com mandato de quatro anos, são compostos por sete titulares (mais sete suplentes), e representação de alunos, docentes, pais de alunos, do poder executivo e de entidades da sociedade civil. Os conselhos acompanham os processos de compra, os cardápios, fazem visitas às escolas e encaminham denúncias quando veem sinais de irregularidade.

...MAS

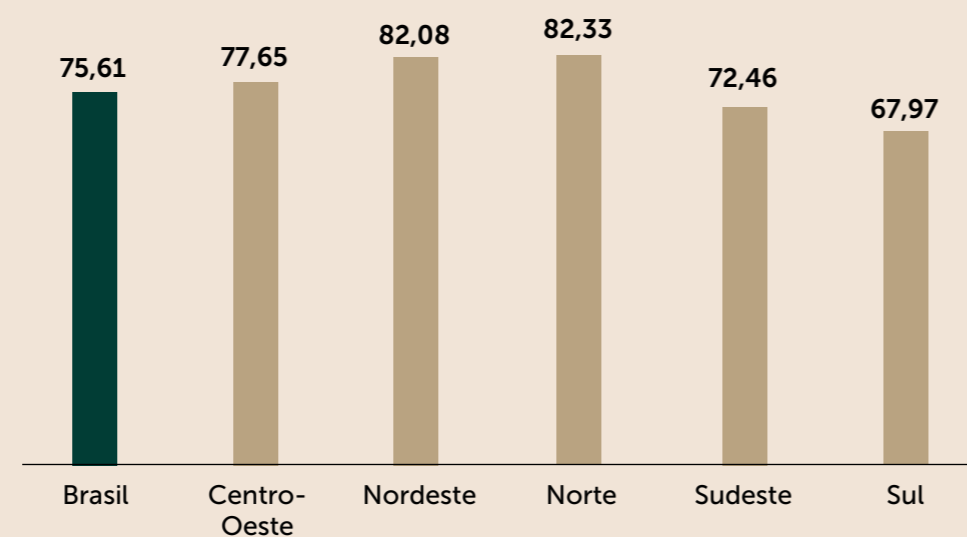
O monitoramento é falho. Jordana Costa, do Pnae, admitiu que esse é um dos principais desafios, “considerando que há mais de 149 mil escolas” no país. Para Vasconcelos, “falta transparência para o controle social”.

Os dados estão defasados. Veja, nos gráficos citados nesta seção, quantas vezes os números vão só até 2022. “Uma mudança no último ano dificultou muito a disponibilidade dos dados para a sociedade civil. Os dados sobre compra da agricultura familiar são de 2022 – estamos no limbo desde então”, lamentou o representante do Observatório da Alimentação Escolar.

Parte dos conselhos não tem plano de ação, de acordo com um levantamento do Observatório, com números de 2022 do Sistema de Gestão de Conselhos. A situação vem melhorando, mas quase um quarto desses órgãos permanece sem planejamento. Uma pesquisa do Observatório feita junto a conselheiros mostra que 22% estavam insatisfeitos com as condições de transparência e 43%, com a falta de capacitação.

NEM TODO CONSELHO SAI DO PAPEL

Percentual de secretarias de Educação* cujo conselho tem plano de ação, em 2022



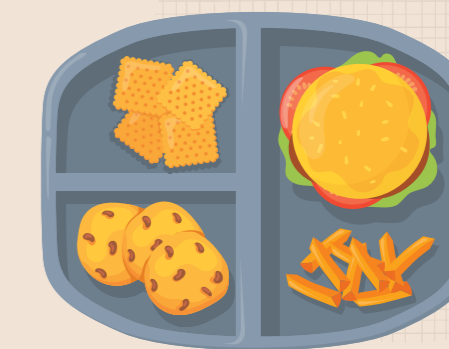
*Secretarias estaduais ou municipais. Inclui também escolas federais
Fonte: FNDE/Observatório da Alimentação Escolar

ESCOLAS PRIVADAS: O REINO DAS CANTINAS

Se nas escolas públicas o que predomina é a merenda, nas particulares reinam as cantinas. “Há poucas políticas públicas incidindo sobre a rede privada”, comentou a professora e pesquisadora Larissa Loures Mendes, do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em sua participação na segunda mesa do Fórum.

Nos dois tipos de ambientes há outras fontes de refeição, como o lanche trazido de casa ou a comida comprada no entorno. Mesmo em algumas públicas há cantinas (27,9%, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, de 2019), mas nas particulares, que abrigam 9,5 milhões de estudantes, elas são quase onipresentes (96,2%).

“Basicamente nas escolas privadas o que ocorre é comercialização de alimentos. Na educação infantil, há os kits lanche, mas no geral são cantinas e, às vezes, máquinas de autosserviço”, descreveu a professora.



Como são as cantinas das escolas particulares?

Em sua palestra, Larissa Loures traçou um retrato do segmento a partir de dois trabalhos. Uma, a já citada Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, feita pelo IBGE (a última edição é de 2019). Outra, o estudo Comercialização de Alimentos em Escolas Brasileiras (Caeb), feito por pesquisadores de seis universidades brasileiras, em parceria com o Instituto Vox Populi, nas 27 capitais do país. O levantamento colheu informações de 2.241 cantinas em instituições de ensino fundamental e médio, entre 2022 e 2024.

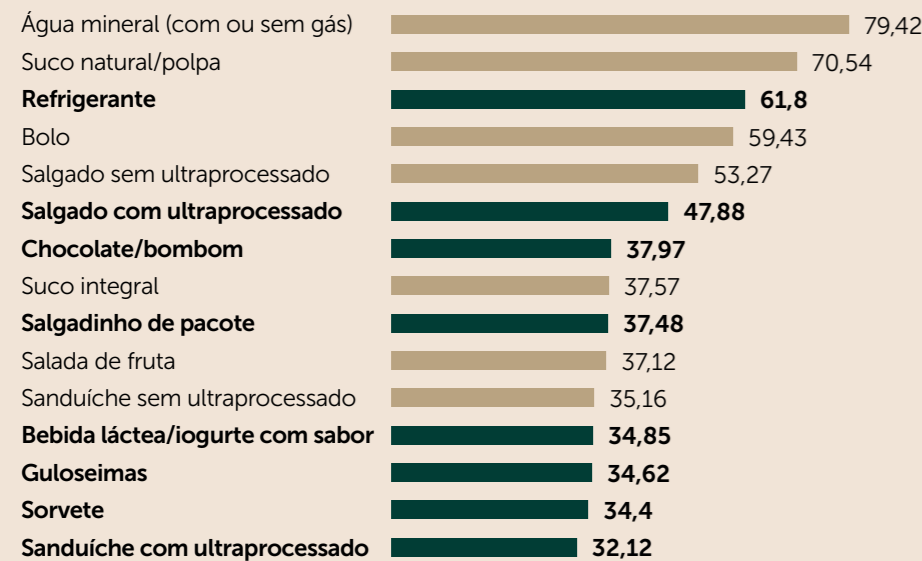
Em síntese, os resultados indicam o seguinte:

Grande oferta de alimentos ultraprocessados

Mais da metade dos campeões de venda nas cantinas das capitais brasileiras é ultraprocessada, com destaque para refrigerantes e salgados. Em geral, elas comercializam mais esse tipo de produto (6,77 por estabelecimento, em média) do que alimentos saudáveis (6,08). O item que mais sai, porém, é água. “O que assusta, porque água deveria ser um direito dentro da escola, não algo a ser vendido”, comentou a pesquisadora.

DOS 15 PRODUTOS MAIS VENDIDOS, OITO SÃO OU TÊM ULTRAPROCESSADOS

Frequência (%) de comercialização de produtos alimentícios em cantinas de escolas particulares das capitais brasileiras (2022-2024)



Fonte: Pesquisa Comercialização de Alimentos em Escolas Brasileiras (Caeb)

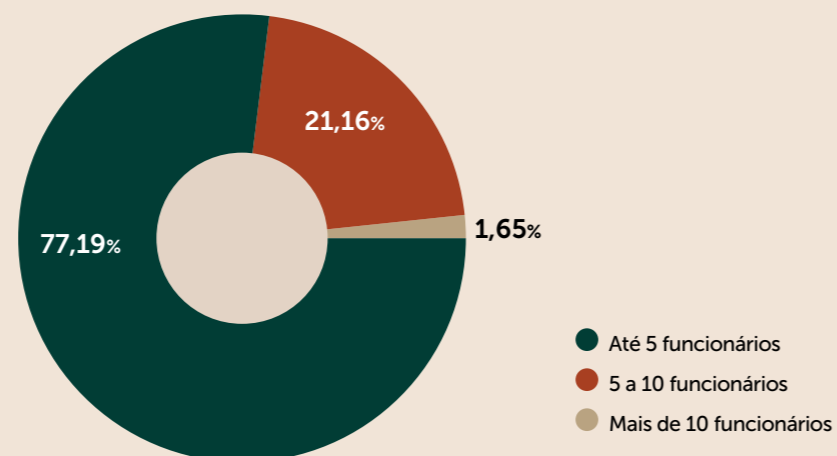
Por que isso é um problema? Inúmeras pesquisas mostram que a oferta de ultraprocessados nas escolas está associada ao maior consumo desses alimentos, ao excesso de peso, à obesidade e à ocorrência precoce de outros problemas de saúde. “Desde 2006 há um projeto de lei para proibir a comercialização de refrigerantes no espaço escolar, mas isso nunca conseguiu seguir”, lamentou Loures.

Estabelecimentos pequenos

O estudo aponta que a maior parte das cantinas é terceirizada (55,16%) e tem no máximo cinco funcionários (77,19%). Ainda assim, prepara os alimentos no próprio local (69,92%).

CANTINAS TÊM POUCA MÃO DE OBRA

Distribuição das cantinas, por número de funcionários (2022-2024)



Fonte: Pesquisa Comercialização de Alimentos em Escolas Brasileiras (Caeb)

Por que isso é um problema? Com pequena estrutura e pouca gente trabalhando, fica mais difícil preparar refeições. “Como ofertar alimentos saudáveis se aqueles espaços não têm o mínimo de infraestrutura?”, questionou a pesquisadora. Não por acaso, a maioria (92,54%) se limita a oferecer lanches.



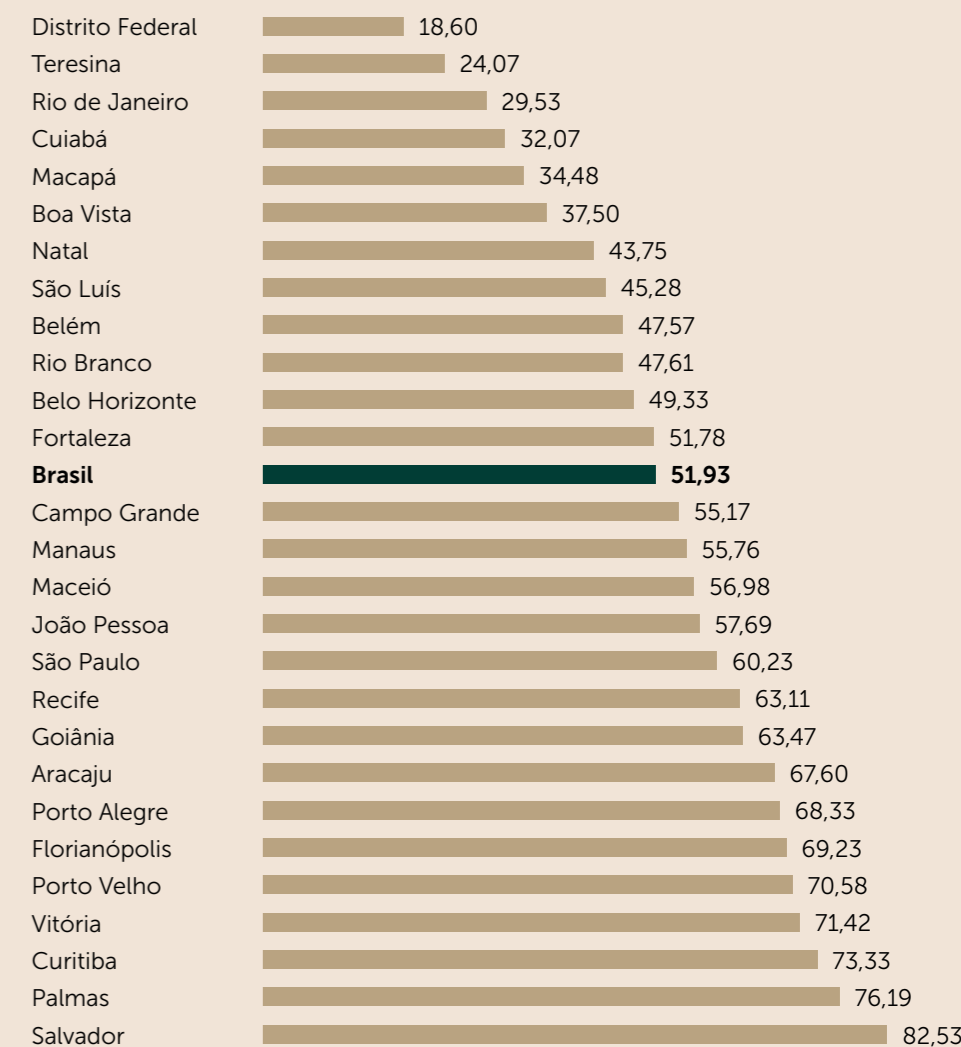
Ultraprocessados mais baratos

Na maioria das escolas (51,93%), os ultraprocessados custam, em média, menos que os outros alimentos. Das 27 capitais, em apenas 12 isso não ocorre.

Por que isso é um problema? O preço maior pode ser um obstáculo adicional à aquisição de comida ou bebida in natura — ou seja, um estímulo ao consumo de ultraprocessados, com os efeitos negativos desses produtos. “As escolas privadas são espaços de comercialização muito estratégicos para a indústria de alimentação”, comentou Renata Couto, do Instituto Desiderata.

NA MAIOR PARTE DAS CAPITAIS, ULTRAPROCESSADO CUSTA MENOS

Percentual de cantinas em que o preço dos produtos ultraprocessados é menor que o do restante, nas capitais brasileiras (2022-2024)



Fonte: Pesquisa Comercialização de Alimentos em Escolas Brasileiras (Caeb)

E se as cantinas seguissem regras mais rígidas?

Em diversas localidades do Brasil, entidades da sociedade civil têm se juntado a legisladores para propor leis que estimulem uma alimentação saudável nas escolas públicas e privadas. Uma das principais medidas, com maior impacto nas particulares, é limitar ou proibir a venda de bebidas e comidas ultraprocessadas.

A pesquisa das universidades mostra que pode dar certo. O estudo elaborou um Índice de Saudabilidade das cantinas, que considera a presença de alimentos in natura/minimamente processados e a ausência de ultraprocessados. O indicador varia de 0 a 100: quanto mais alimentos frescos e naturais e menos produtos ultraprocessados, maior o índice. Em 2022, a capital com melhor número foi Porto Alegre (68,90); a pior, Rio de Janeiro (45,40). “O Rio Grande do Sul tinha aprovado na época um dispositivo legal que versava sobre a alimentação adequada e saudável nas escolas; o Rio de Janeiro não tinha nada”, comparou Larissa Loures.

A pesquisa foi reaplicada em três capitais e em Niterói em 2023 e 2025. No Recife, em que uma lei sobre o assunto ainda não foi aprovada, o índice estagnou em torno de 50. Em Niterói, após a aprovação da lei e mesmo sem decreto regulamentador, o indicador subiu de 43,1 para 51,1. No Rio, após aprovação e regulamentação da lei, a alta foi de 45,4 para 57,4. Em Porto Alegre, houve pequena queda, para 61,1. “Isso mostra que ter um dispositivo legal e não ter vigilância pode, no longo do prazo, desmotivar o cumprimento”, comentou a pesquisadora.

03

Segurança alimentar na Amazônia: um contexto sem fórmulas prontas





Alguns dicionários já registram dois significados para a palavra “amazônico”. Um, bem conhecido, designa o que se refere à Amazônia. Outro, mais recente, é usado para indicar que algo tem “dimensões descomuns”. Ambos os sentidos valem para caracterizar os problemas da segurança alimentar na Amazônia.

A região Norte, toda ela dentro da Amazônia Legal, é a que mais padece de subnutrição, em todos os níveis. Quatro em cada dez moradores têm algum tipo de dificuldade para dispor de alimentos. Todos os seis estados brasileiros com piores índices de insegurança alimentar grave ficam na Amazônia Legal. “Essa região, apesar de toda a biodiversidade, ainda vive insegurança alimentar”, observou Neideana Ribeiro, analista sênior do programa Saúde e Nutrição do Unicef, na terceira mesa do 7º Fórum de Políticas Públicas da Saúde na Infância. “Para as crianças, o impacto é ainda maior”, acrescentou.

ESTADOS COM MAIS PROBLEMAS GRAVES DE FOME FICAM NA AMAZÔNIA

Percentual de moradores de domicílios com insegurança alimentar grave, em 2024



*Apenas parte (79,3%) do Maranhão fica na Amazônia Legal
 Fonte: IBGE/Pnad Contínua, 4º trimestre de 2024

Trata-se de uma região enorme, que ocupa 58% do território brasileiro. Não é só muito rica em diversidade biológica, mas também em diversidade de condições sociais — as metrópoles Manaus (2,3 milhões de habitantes) e Belém (1,4 milhão) são muito diferentes de Uiramutã, em Roraima (14 mil habitantes, 94% deles indígenas), ou Baião, no Pará (13 mil habitantes, 25% deles quilombolas). “Há muitos desafios na Amazônia. Mas ela não é uma só: há muitas realidades”, reforçou Alexandre Ramos, gerente do Instituto Comida do Amanhã e mediador da terceira mesa.

O QUE FAZ DA AMAZÔNIA UM CASO ESPECIAL?

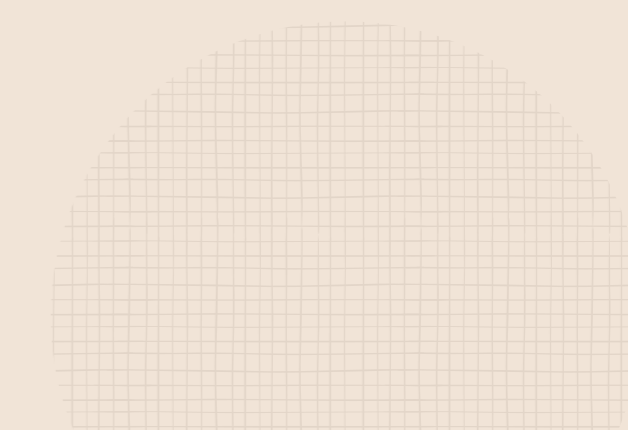
Boa parte dos problemas da região se manifesta em outras localidades. Renda baixa, pouca escolaridade, pressões da indústria... Mas algumas questões lá têm peso maior, como sugeriu Ramos em sua fala inicial.

- **Diversidades internas:** A presença de vários grupos indígenas, de comunidades quilombolas e ribeirinhas faz do local um mosaico de ecossistemas e sistemas alimentares, que “precisam ser valorizados e respeitados”, como salientou o gerente do Comida do Amanhã. Só no Pará são 1.030 assentamentos rurais, 47 reservas extrativistas, 620 comunidades quilombolas e 38 povos indígenas. Em algumas localidades, o acesso a alimentos se dá principalmente por trocas comunitárias.

- **O “custo Amazônia”:** A dispersão de pequenos povoados num território vasto eleva os custos de transporte, com impacto no acesso a alimentos e mesmo à água. “Por mais que existam tantos rios, a água potável ainda é um grande desafio que precisa ser enfrentado”, disse Ramos.

- **O custo da implantação das políticas públicas.** É comum que o enfrentamento a mazelas sociais seja planejado para atender à população urbana — em especial às do Sul e do Sudeste. “A política que serve para Porto Alegre precisa ser olhada de forma distinta em Macapá”, exemplificou o moderador. Esse custo está ligado ainda à presença mais escassa do poder público nos territórios da Amazônia Legal.

- **O potencial para a alimentação saudável.** “A Amazônia concentra a maior biodiversidade do planeta. É um potencial enorme para garantir dietas saudáveis, de baixo custo, culturalmente aceitas”, destacou Neideana Ribeiro, do Unicef. “São mais de 180 povos indígenas e milhares de comunidades ribeirinhas cuja alimentação é muito voltada ao natural: pesca, banana, farinha”.



Estiagens recentes pioraram a situação

Os problemas mais tipicamente graves da Amazônia se agravaram com as secas prolongadas de 2023 e 2024. Uma [análise](#) do site InfoAmazônia mostrou que, em 2024, mais da metade dos municípios da região passou o ano inteiro em estiagem. Cerca de 330 mil crianças foram afetadas, segundo estimativa do Unicef. Os impactos foram de vários tipos.

Impacto no acesso: Muitos moradores dependem de rios e cursos d'água para ir a centros de saúde, mercados, unidades de assistência social e escolas, mas, com a seca, esses caminhos se tornaram inviáveis. “Mais de 2.200 comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas ficaram isoladas, muitas por três a quatro meses”, disse Neideana Ribeiro.

Impacto na saúde: O Unicef detectou aumento em doenças diarreicas, desidratação e desnutrição, entre outros agravos. “Vivenciamos a pior qualidade do ar do mundo por quase três meses, o que afetou a questão respiratória de muitas crianças”, afirmou.

Impacto na segurança alimentar e hídrica: Em parceria com o governo do Amazonas, conselhos municipais de Saúde, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e outros órgãos, o Unicef fez um mapeamento de 39 comunidades ribeirinhas ou indígenas e ouviu 160 famílias. Os resultados mostram a situação dramática enfrentada pelas populações durante a estiagem.

100%

das famílias dependem de poço, rio ou igarapés para ter acesso à água. Nenhuma fez tratamento de água coletada.

79%

disseram que faltou comida para as crianças durante quatro meses de seca.

70%

não foram beneficiadas por nenhuma medida de emergência para garantir acesso a água.

65%

não receberam nenhum tipo de benefício, como alimentação escolar.

60%

precisaram comer menos.

50%

disseram que as crianças não foram à escola durante a estiagem.

50%

tiveram acesso a itens básicos de higiene.

46%

adquiriram alimentos por meio de colheita, troca ou doação.

31%

não tiveram acesso a serviços de saúde.

“Os números mostram uma insegurança alimentar de grau grave”, comentou a oficial do Unicef. “Quase um quarto das famílias depende da pesca para se alimentar, mas o pescado sumiu, porque o rio secou. Quando aparecia peixe, tinha um tamanho muito reduzido”. A agricultura familiar e o extrativismo também foram afetados.

OS DESAFIOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

A terceira mesa do Fórum apresentou relatos que evidenciam como é imprescindível adaptar as políticas públicas para grupos específicos, como os indígenas. Isso vale tanto para estratégias da área de saúde, voltadas ao combate à subnutrição, quanto para as voltadas aos produtores.

Indígenas como público da assistência social

Uma das imagens mais reveladoras dos problemas sociais na Amazônia foram as de homens, mulheres e crianças yanomamis esqueléticos, exibidas no início de 2023. Eram retratos do que talvez seja o pior quadro de segurança alimentar do Brasil atual — mas não a pior já enfrentada por esse povo. “A crise sanitária e humanitária foi gigante, mas bem menor que a primeira grande crise, oriunda da invasão do território yanomami na década de 80 e início dos anos 90”, comentou a antropóloga Dora Lima, uma amazonense ribeirinha que há décadas estuda esse grupo. Na primeira

tragédia, cerca de 30% da população foi afetada por epidemias, contou ela na terceira mesa do Fórum. “Era uma época em que havia poucos estudos, poucas políticas públicas, a terra não era juridicamente reconhecida.”

A situação mais recente, de 2023, já com o território homologado, teve causas semelhantes: o enfraquecimento das políticas do setor facilitou a invasão de garimpeiros à maior terra indígena do Brasil. “O garimpo teve um impacto devastador, desarticulou toda a vida e o sistema produtivo das comunidades. Muitas ficaram ilhadas, sem poder caçar, pescar ou plantar. Isso se expandiu numa escala tão grande que resultou na crise que todos viram”, resumiu a palestrante. A resposta foi bem mais rápida do que na década de 1990, mas mostrou falhas comuns nesse tipo de ação.

- **Falha 1 • Não consultar as próprias comunidades:** Esta é, de certa forma, a mãe de todas as outras falhas. Aplicar medidas genéricas a povos tão específicos como os indígenas (e os yanomamis em particular) significa desperdiçar várias delas. “Quando foi decretada crise sanitária no território, choveu de gente e de instituições querendo ajudar de todas as formas. Mas, infelizmente, a grande maioria desconhecia a realidade local”, comentou Dora Lima.
- **Falha 2 • Tratar os grupos como se fossem uniformes:** “A ideia de que se trata de um povo homogêneo numa terra única não confere com a realidade. Vários grupos compõem o que chamamos de povo yanomami. Nem todo o território estava passando fome, por exemplo”, afirmou a antropóloga.

- **Falha 3 • Não adaptar a comunicação:** “Comunicação”, aqui, está sendo tomada num nível bem básico mesmo: a maioria dos membros da etnia não fala português. E não existe uma única língua na região, mas várias. “Aprender pelo menos uma dessas línguas qualifica enormemente o trabalho e a relação com eles.”
- **Falha 4 • Tomar conceitos como universais:** Este ponto, destacou a antropóloga, ocorre mesmo em tarefas mais técnicas, como diagnóstico de subnutrição. “É muito comum, na fala dos profissionais que atuam na recuperação nutricional, usar o termo ‘desnutrição’ como doença. Isso não faz sentido para os yanomami. Para eles, doença é malária, são as epidemias.” Pode parecer uma diferença pouco importante, mas não é. “Depois de alguns dias de recuperação nutricional, o agente de saúde pesa a criança e diz que ela não pode ser liberada, porque ainda está doente. Mas os yanomami não entendem — porque para eles não é doença. Então, querem ir embora para a casa.” Em alguns casos, isso leva ao abandono precoce do tratamento.
- **Falha 5 • Ignorar os hábitos de educação de crianças:** Esta é um desdobramento da anterior. As crianças são estimuladas desde muito pequenas a serem autônomas. Mamam quando querem, comem quando querem e o que querem.
- **Falha 6 • Ignorar os hábitos alimentares:** Esta é parecida com a anterior. Como as crianças são ensinadas a comer só o que querem, muitas vezes rejeitam as fórmulas, os suplementos. “Os

yanomami não tomam nenhum leite, exceto o materno. Então, as fórmulas inicialmente geram estranhamento”, contou Dora Lima. Além disso, as refeições são sempre em grupo. “Os yanomamis não comem sozinhos, é considerado antiético. Então, se dá um alimento apenas para a criança, a família inteira vai compartilhar.” A oferta de itens não conhecidos também pode trazer problemas. Durante o pico da crise, chegavam a alguns territórios cesta básica com charque, para garantir proteína. “Eles nem sabem preparar. Diziam: a gente tentou, mas não sabe comer esses alimentos salgados que vocês trouxeram.”

- **Falha 7 • Desconsiderar as transformações provocadas pelo contato com o modo de vida dos não indígenas:** Mesmo crianças que vivem em comunidades onde a pesca, a caça e a roça estão normalizadas por vezes sofrem desnutrição. O problema está ligado às longas viagens até os centros urbanos, para receber benefícios sociais e atendimento. “As crianças ficam dias sem comer, e acabam desnutridas”, disse a palestrante. Outro exemplo é a mudança de rotina em certos grupos. Alguns homens vão trabalhar na extração de piaçava (fibra de algumas palmeiras, usada na fabricação de vassoura). “Mas, pelo sistema yanomami, o homem é o provedor. Com a ausência prolongada deles, ninguém cultiva roças, e às vezes falta comida. O pagamento é em cesta básica, que inclui alimentos industrializados.” Além disso, a invasão do território eleva os casos de malária e de doenças respiratórias, ambas motivadoras de subnutrição em crianças yanomamis.



Indígenas como produtores de alimentos

Os debates da terceira mesa do Fórum mostraram que a adaptação e o conhecimento da realidade local importam não apenas quando os indígenas são beneficiários das políticas públicas, mas também quando são agentes. A líder ticuna Adelina Fidelis, da Associação das Mulheres Indígenas Mapana, relatou alguns desafios para a participação de grupos originários como fornecedores de comida para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

A entidade atua em Tabatinga (AM), que faz fronteira com o Peru e a Colômbia. Por meio de chamada pública, foi uma das selecionadas para abastecer tanto escolas indígenas (o município tem a segunda maior população indígena do país, 27,5 mil pessoas) quanto não indígenas. “Para nós é muito importante. Trabalhamos em família para nossas escolas e para as creches”, declarou Fidelis. “Tudo o que a gente produz faz parte da nossa cultura e é saudável. Nossos netos, filhos, precisam conhecer para não deixar entrar o que não é bom para a saúde, como refrigerante.”

Quais as vantagens de ter indígenas entre os fornecedores?

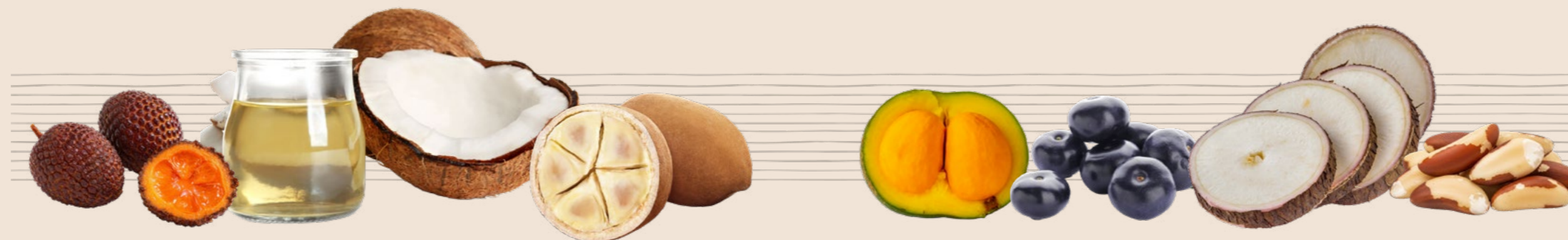
O relato da líder ticuna deixa claro que há pelo menos três:

- **Geração de renda** para as comunidades, com pagamentos feitos por meio do Pnae.
- **Garantia de inserção de alimentos aceitos regionalmente**, como os que têm a macaxeira como base — farinha, tapioca e caixuma (bebida fermentada). “Assim como o arroz não pode faltar no prato de muitas pessoas, na escola indígena não pode faltar farinha”, comparou. A inserção de ingredientes nativos não só assegura a qualidade nutricional e o bom aceitação por parte dos alunos como ajuda a preservar os hábitos alimentares tradicionais.
- **Fornecimento contínuo** de alimentos. Segundo Fidelis, em Tabatinga os indígenas plantam tanto na várzea dos rios (onde as plantas crescem mais rapidamente, mas podem ser afetadas durante as cheias) quanto no que chamou de “terra firme” (locais onde as culturas crescem mais devagar, mas que o rio não alcança, mesmo quando cheio).

E quais as dificuldades?

- **As chamadas públicas frequentemente atrasam:** Segundo a líder ticuna, em alguns anos as comunidades faziam de três a quatro vendas. Em 2025, a primeira entrega ocorreu só em setembro. “Aí falta merenda regional nas escolas”.

- **Escolas indígenas recebem ultraprocessados:** Quando falta merenda com ingredientes regionais, as unidades de ensino recorrem a produtos diferentes, inclusive ultraprocessados. “Cheetos [salgadinhos] é o que mais chega, mas prejudica a saúde, principalmente das crianças.” O cardápio das escolas por vezes tem vários itens com os quais os indígenas não estão acostumados. “É muito diferente do nosso. Às vezes entram coisas que as crianças não conhecem, como mingau de aveia, jabá enlatado, almôndega...”
- **Falta água nas escolas:** É um problema comum nas comunidades indígenas, de acordo com Adelina Fidelis, e impede o preparo de vários alimentos. Sobram então as comidas prontas, frequentemente industrializadas.
- **Documentações criam entrave para a entrada de mais indígenas:** Mesmo com apoio da Fundação Nacional de Povos Indígenas (Funai) e do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Idam), muitos grupos não conseguem reunir os documentos exigidos para participar das chamadas públicas. “Muitos parentes não conhecem os documentos e acabam desistindo. Não conseguem entregar seus próprios produtos na sua região, na escola da comunidade”, lamentou a líder ticuna. “Muitos não falam português, e pouca gente que fala consegue entender a documentação necessária.”



OS DESAFIOS DA MERENDA ESCOLAR NA AMAZÔNIA

O relato de Adelina Fidelis mostrou os obstáculos com que os indígenas se deparam ao tentar participar do Pnae. Alguns são específicos dos povos originários, mas outros podem ser encontrados em diversas regiões da Amazônia, como ficou claro na apresentação do economista Anderson Serra, professor da Universidade Federal do Pará (Ufpa) e diretor de Organização Produtiva e Comunidades Tradicionais na Secretaria de Agricultura Familiar do Pará.

Em sua apresentação da terceira mesa do Fórum, ele fez um balanço da aplicação do Pnae pelos municípios do estado — maior produtor nacional de cacau, açaí, mandioca e pimenta-do-reino, graças à participação dos pequenos agricultores. Baseou-se num estudo de 2022 feito na Ufpa, a partir da documentação das chamadas públicas de 138 cidades. A experiência paraense ilustra alguns pontos positivos e alguns problemas da implantação do Pnae no contexto amazônico.

Quais são os pontos positivos?

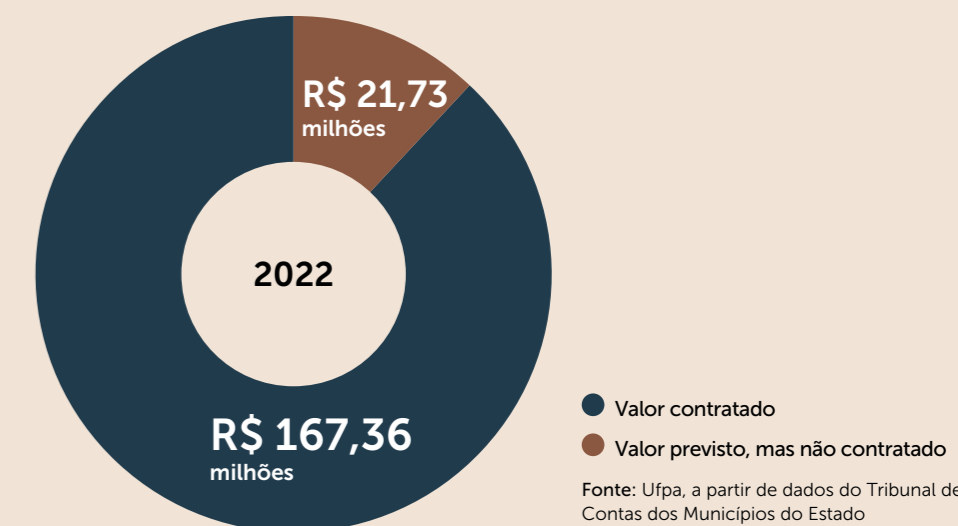
- **Diversidade significativa de alimentos:** Ao todo, as prefeituras mapeadas compraram 129 itens, 29 dos quais são da biodiversidade regional, como beiju, polpa de frutas, peixe, camarão, mandioca, jambu, azeite de coco, açaí, buriti, castanha, pequi e cupuaçu. Itens da cultura local, com alto valor nutritivo.
- **Recursos disponibilizados são expressivos:** As despesas previstas com a aquisição de produtos de pequenos agricultores somavam R\$ 189 milhões, uma média de R\$ 7,9 mil por família.
- **Estimativa de produtores beneficiados também é expressiva:** Eram 23.831 famílias, a maioria ligada a associações de produtores. A verba teria potencial para chegar a 288 cooperativas ou associações — de mulheres, apicultores, quilombolas, indígenas, mães, agricultores urbanos...

E os negativos?

- **Não aplicar todo recurso previsto:** Dos R\$ 189 milhões previstos, R\$ 167 milhões foram de fato aplicados. “Se a prefeitura tem o recurso, tem interesse em comprar e fecha menos contratos, existe um problema. E não está do lado de quem fornece, porque os agricultores têm capacidade de formar seus projetos de venda”, comentou o pesquisador. “Existem prefeituras no Pará que há cinco anos anunciam chamada pública deserta, mesmo tendo 32 projetos de assentamento no município. Isso mostra que o processo da chamada pública não é bem feito.”

QUASE 12% DA VERBA NÃO FOI INVESTIDA

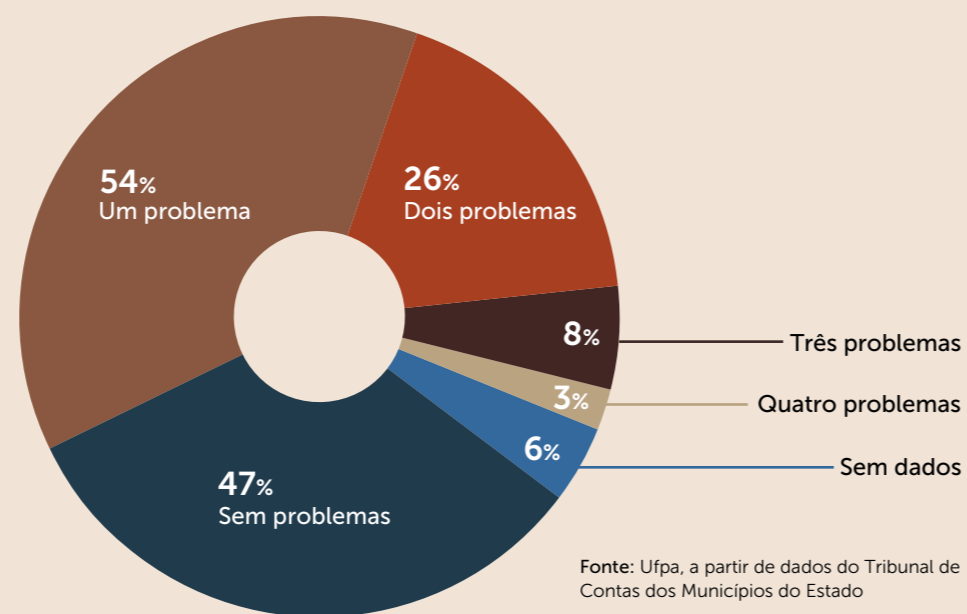
Chamadas públicas para agricultura familiar no Pará, em 2022



- **Complementar o Pnae com pouco dinheiro:** No Pnae, o pagamento federal da merenda por aluno é um complemento da verba de estados e municípios. Se as outras instâncias de governo adicionam poucos recursos, a quantia por estudante se mantém insuficiente. Em 2022, a média no Pará era de R\$ 140,12, mas alguns municípios aportavam R\$ 3, R\$ 10.
- **Colocam poucos itens no cardápio:** A média estadual é de 20 itens. Alguns municípios trabalham com 47, mas outros com três ou quatro. “É muito pouco”, criticou Anderson Serra.
- **Selecionar os produtores pelo menor preço:** O estudo detectou essa prática em 38 prefeituras. Serra classificou-a de “erro brutal”. “A chamada pública deve trabalhar com preço de referência, e não com menor preço, como as licitações.”
- **Não indicar o preço de referência:** Isso ocorreu em 24 municípios. Em 43, o valor estava indicado, mas a base eram os preços praticados em supermercados — às vezes, do Paraná ou do interior de São Paulo. “É um absurdo. A chamada pública deve usar como referência preços de associações locais — se for orgânico, por exemplo, tem até um acréscimo significativo.” A pesquisa também encontrou casos em que a chamada não especificava onde os produtos precisavam ser entregues.

DOIS TERÇOS DOS MUNICÍPIOS TÊM CHAMADAS PÚBLICAS FALHAS

Distribuição de municípios do Pará, de acordo com desempenho na chamada pública do Pnae para agricultores familiares



O QUE FAZER?

O debate da terceira mesa apresentou algumas medidas para aprimorar o combate à insegurança alimentar na Amazônia. “A gente precisa ainda evoluir na garantia de direitos, principalmente para crianças e adolescentes de territórios mais vulnerabilizados, comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas”, disse Neideana Ribeiro, do Unicef. As sugestões podem ser divididas em seis tópicos:

01

ADAPTAR AS ESTRATÉGIAS A CADA CONTEXTO

É preciso valorizar os saberes tradicionais e considerar os hábitos das comunidades. “Não basta adotar uma série de procedimentos bem-intencionados se os yanomami estão tendo outro entendimento”, exemplificou a antropóloga Dora Lima. O Unicef, ao planejar ações de apoio às regiões afetadas pela estiagem, traduziu os materiais para as línguas locais. “Até os desenhos foram feitos de forma que eles compreendessem”, contou Ribeiro.

02

DAR ÊNFASE AOS AGENTES LOCAIS

Pessoas que conhecem a realidade dos grupos específicos são fundamentais para ajudar no combate à subnutrição e na prevenção. “Mas é preciso qualificá-las, fornecer equipamentos antropométricos”, sublinhou a oficial do Unicef.

03

FAZER PROJETOS COM VÁRIOS PARCEIROS

“É preciso integração entre governo, sociedade civil e organismos internacionais para enfrentar os desafios da seca na Amazônia. Integrar planos de contingência e reforçar a importância de incluir lideranças locais nos comitês de estiagem”, afirmou Ribeiro.

04

AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CARDÁPIO

É uma forma de incrementar a renda dos pequenos proprietários e enriquecer a merenda com itens regionalmente aceitos. Anderson Serra, da Ufpa, citou o caso de Altamira, onde o percentual de produtos dessa fonte subiu de 8%, em 2020, para 42%, em 2022. O número de itens regionais aumentou, e as refeições passaram a incluir, por exemplo, abacaxi, açaí, farinha de tapioca, peixe fresco, jambu e tucupi.

05

REALIZAR CHAMADAS PÚBLICAS ESPECIAIS

Esse instrumento permite adaptar melhor as regras aos pequenos produtores, sobretudo indígenas e quilombolas. “As prefeituras têm capacidade de fazer investimento. O problema geralmente não é dinheiro, mas prioridade”, disse o pesquisador.

06

CONSIDERAR OS CICLOS DE COLHEITA

Algumas gestões municipais, segundo ele, organizam o calendário de pedidos de acordo com o calendário agrícola. Ao ajustar a chamada pública ao ciclo de produção, não há risco de “pedir aquilo que não está sendo produzido naquele momento”.

04

Segurança alimentar: muito além de comida no prato



Entre num sistema de busca da internet e procure imagens relacionadas à expressão “combate à fome”. A grande maioria terá um prato ou uma forma estilizada de prato, talvez uma panela. Não é por acaso. Quase sempre, garantir segurança alimentar significa mesmo levar comida saudável até a casa das pessoas ou criar condições para que elas próprias façam isso. É uma tarefa essencial, difícil. Mas insuficiente, como ficou claro na mesa de encerramento do 7º Fórum de Políticas Públicas da Saúde na Infância.

O Brasil obteve avanços importantes nos últimos anos, sintetizados em sua segunda saída do Mapa da Fome da ONU. “Mas a gente não conseguiu erradicar a fome e vive ainda com a dupla carga de má nutrição: de um lado a desnutrição, do outro a obesidade e o sobrepeso”, resumiu o jornalista Murilo Bomfim, membro do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens, da USP) e moderador do debate.

Ao detalhar alguns programas — inclusive um de orçamento bilionário, o Bolsa Família —, a quarta mesa indicou que, para continuar avançando, o Brasil terá de atentar para aspectos que vão além de pôr comida na mesa.

LEITE MATERNO: O PRIMEIRO ALIMENTO DE VERDADE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), abordado na segunda roda de conversa do Fórum, atende também a educação infantil, com repasse de verbas, estímulo para compra de itens saudáveis e elaboração de guias nutricionais sobre crianças de até 3 anos. Mas e aquelas que ainda mamam no peito?

O aleitamento materno deveria ser o ponto de partida de programas de combate à fome. “A segurança alimentar e nutricional começa com o leite materno”, defendeu a nutricionista Kátia Romanelli, da Coordenadoria de Alimentação Escolar, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. “O aleitamento materno é um direito humano fundamental e afeta diretamente os padrões de saúde e mortalidade das populações.”

Os benefícios da amamentação

Do ponto de vista da segurança alimentar, a prática ajuda a combater a dupla carga mencionada pelo moderador no início das discussões: a desnutrição e o sobrepeso. Romanelli citou trabalhos que demonstram benefícios como:

- **Redução de óbitos infantis:** Uma análise de vários estudos sobre amamentação publicada na revista The Lancet apontou que, se houvesse aumento do aleitamento materno (exclusivo até os seis meses, com complemento de alimentos até os 2 anos), seriam evitadas 823 mil mortes infantis por ano no mundo. Trata-se principalmente de óbitos causados por infecções diarreicas e respiratórias.
- **Redução de óbitos maternos:** O mesmo estudo estimou que a amamentação evitaria 20 mil mortes de mães por ano no planeta, em razão da queda de casos de câncer de mama.
- **Redução de sobrepeso:** Uma meta-análise de 17 pesquisas, publicada no American Journal of Epidemiology, estimou que cada mês de amamentação reduz em 4% o risco de sobrepeso.

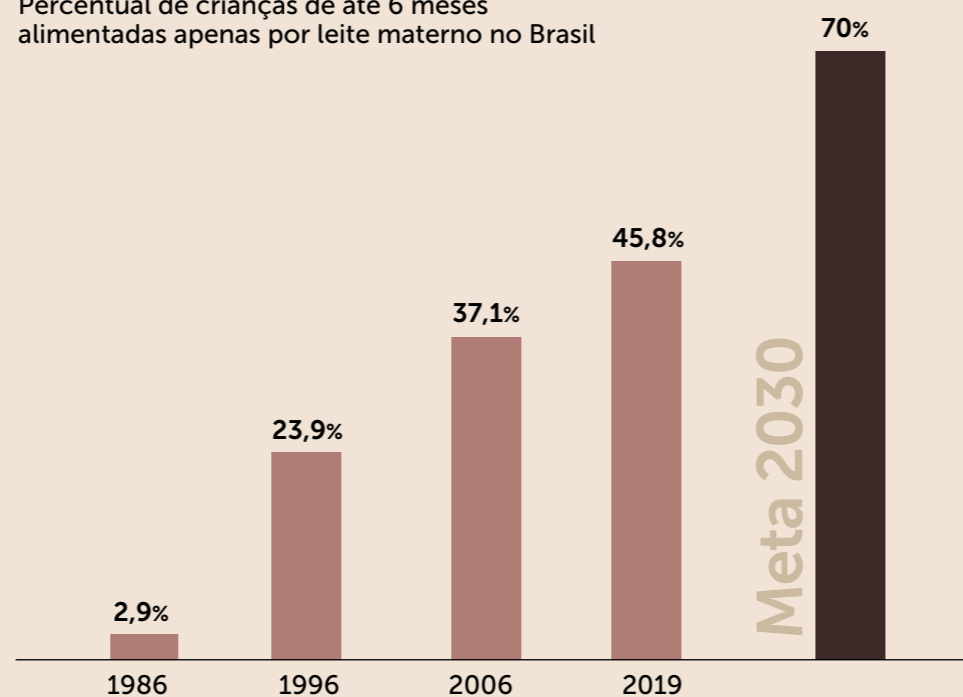
A situação no Brasil

Os projetos brasileiros na área em geral são elogiados, segundo a nutricionista. Destacam-se, por exemplo, o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, de 1981, a licença-maternidade de 120 dias, na Constituição de 1988, e as notas técnicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sobre aleitamento materno no ambiente escolar, de 2022. Romanelli mencionou ainda a rede de bancos de leite humano e a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, que dá formação a profissionais da saúde sobre aleitamento materno e alimentação complementar saudável.

Esse arcabouço ajudou o país a melhorar os indicadores: apenas 3% das crianças menores de 6 meses eram alimentadas exclusivamente por leite materno em 1986, percentual que subiu para 46% em 2019, o dado mais recente. “Avançamos, mas ainda temos muito a avançar, considerando a meta de alcançar, até 2030, 70% das crianças sendo amamentadas exclusivamente até os 6 meses”, comentou.

PAÍS AVANÇA, MAS ESTÁ LONGE DA META DA OMS

Percentual de crianças de até 6 meses alimentadas apenas por leite materno no Brasil



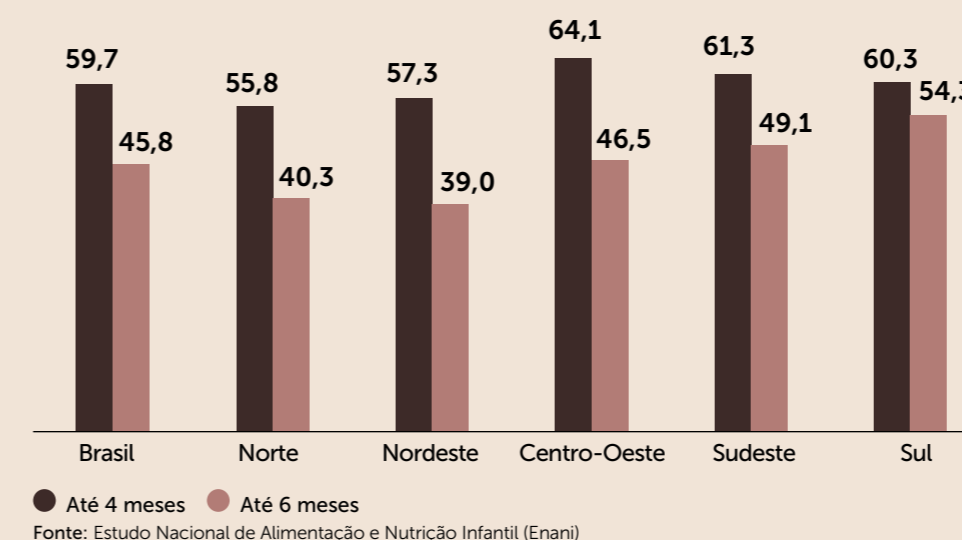
Fonte: Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (1986), Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (1996 e 2006), Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (2019) e Organização Mundial da Saúde (meta de 2030)

O desafio de prolongar o período de amamentação

Uma das dificuldades de elevar a parcela de bebês que só se alimentam de leite materno até os 6 meses é conjugar amamentação e mercado de trabalho. A licença-maternidade padrão no Brasil é de quatro meses – nesse período, a porcentagem de aleitamento materno sobe para 59,7%, segundo o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (Enani). Ainda distante da meta da OMS, mas melhor que até 6 meses. “Precisamos pensar em políticas públicas que apoiem o período de retorno da mulher ao trabalho”, observou Kátia Romanelli.

ALEITAMENTO CAI DEPOIS DOS 4 MESES

Percentual de crianças alimentadas apenas por leite materno, por faixa etária, em 2019



O papel da educação infantil

Se o aleitamento exclusivo fica mais difícil quando a mulher volta a trabalhar, as creches ganham importância crucial nas estratégias de segurança alimentar para bebês. As unidades de educação infantil do município de São Paulo, por exemplo, abrigavam 10.702 crianças menores de 6 meses em abril de 2025.

Uma pesquisa feita nessas instituições mostrou que, em 2025:

- **69%** receberam pelo menos uma mãe que amamentou o filho no local (a maioria recebeu de duas a quatro mães)
- **41%** receberam leite materno para ser oferecido às crianças (a maioria recebeu de apenas uma mãe)

Na avaliação de Romanelli, embora os percentuais venham crescendo, fica claro que as mães têm dificuldade de extrair leite e deixar para ser dado ao bebê na unidade de educação.

Para tentar contornar esses e outros obstáculos, a Coordenadoria de Alimentação Escolar vem implantando algumas estratégias:

- **Formações:** Cursos e seminários voltados a gestores, professores, nutricionistas da própria Prefeitura e de empresas terceirizadas responsáveis por alimentação escolar.
- **Elaboração de materiais:** Vídeos, cartilhas e publicações com orientações para a equipe dos centros de educação infantil. Alguns são traduzidos para inglês, espanhol e francês, para serem oferecidos aos muitos imigrantes que vivem em São Paulo.
- **Campanha de mobilização:** A Coordenadoria criou o selo CEI Amigo do Peito, em 2018, para incentivar as unidades a lançarem ações de promoção do aleitamento materno. Inicialmente, 4% dos centros foram contemplados; hoje, já são 58%, segundo Romanelli. Em 2025, teve início uma formação mais específica para agentes que estimulem a amamentação — concluíram o curso 700 “embaixadoras Amigas do Peito”.
- **Kit de armazenamento:** Este ainda está em fase de estudos. A Prefeitura pretende oferecer um kit com bolsa térmica, frascos de armazenamento e gelo artificial, para tentar aumentar o recebimento de leite materno nas unidades.

ADOLESCÊNCIA: O GARGALO DA COMUNICAÇÃO

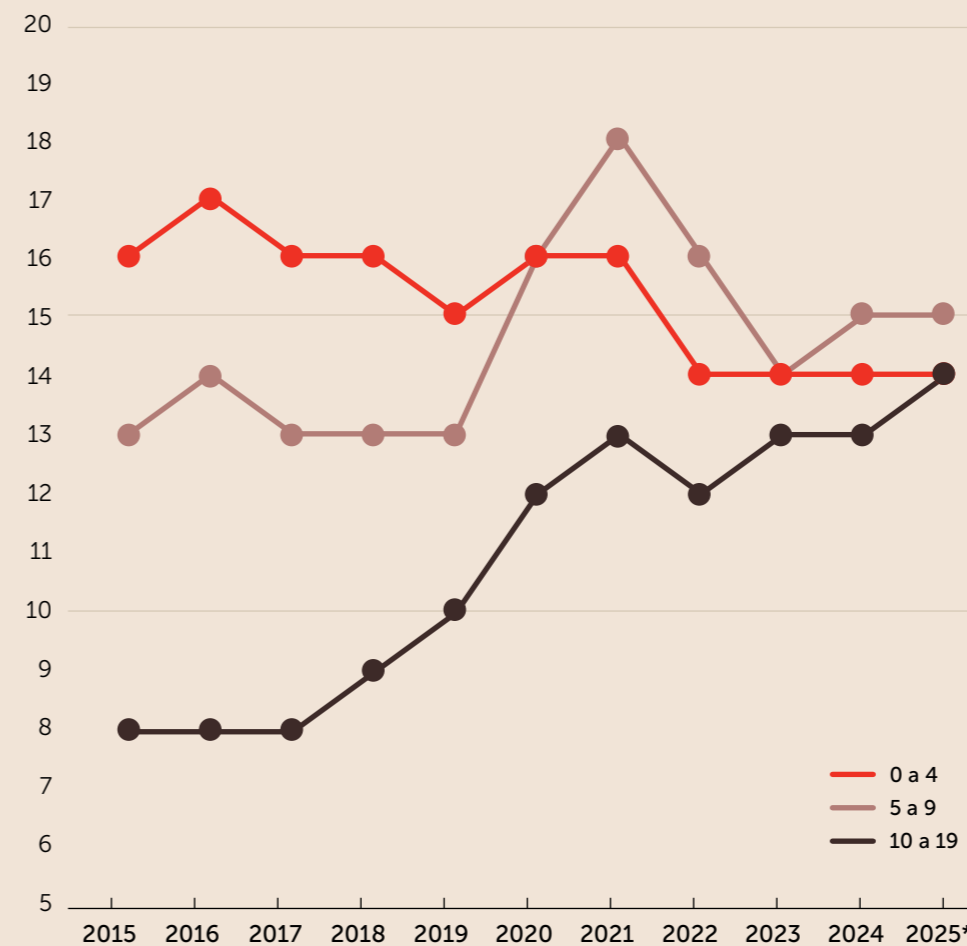
Outra apresentação da quarta mesa do Fórum sinalizou que as estratégias de segurança alimentar precisam atentar à comunicação com os grupos beneficiados. Em alguns casos, o desafio é maior — por exemplo, entre adolescentes, um público que pouco frequenta unidades de saúde. “Se os adolescentes não acessam a área de saúde, a área de saúde precisa acessar os adolescentes”, argumentou a facilitadora Nathália Amorim, da Rede de Adolescentes Promotores da Saúde, subordinada à Superintendência de Promoção da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

Grande parte dos jovens é atendida pelo Pnae até o final do ensino médio, mas ao mesmo tempo está vulnerável às redes sociais — e a tudo o que isso implica de exposição a produtos ultraprocessados, por um lado, e à cultura do “corpo ideal”, por outro. Em comparação a outras faixas etárias, esta não se destaca especialmente por níveis elevados de subnutrição ou de obesidade, mas é aquela em que o excesso de peso vem crescendo mais rápido.



EXCESSO DE PESO CRESCER MAIS ENTRE ADOLESCENTES

Percentual de pessoas com sobrepeso ou obesidade no Brasil, por faixa etária



*Dados parciais

Fonte: Panorama da Obesidade em Crianças e Adolescentes/ Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)

Um grupo escanteado

Para Amorim, uma das maneiras de lidar com essas questões é incorporar os próprios jovens às políticas da área. Mas isso raramente acontece. “Com criança, o profissional da unidade básica de saúde enfeita a sala, muda a linguagem, fala ‘meu nenenzinho’, muda o tom. Com a gestante, convida para rodas de conversa, chama de ‘mãezinha’, explica aleitamento materno. O adulto é convidado para planejamento familiar. E o adolescente?”, questionou.

“Os profissionais dizem que é um público difícil de lidar, chamam de ‘aborrecente’. Mas assim a gente acaba distanciando o jovem do espaço de saúde”. Quando muito, ele é visto apenas como alvo de prevenção a infecções sexualmente transmissíveis. “Muitas adolescentes só voltam à unidade de saúde quando engravidam. E são tratadas como mães, não como adolescentes de forma integral, com todas as suas transformações.”

O resultado é que esse grupo acaba se informando sobre saúde em vídeos rasos do TikTok, pesquisando sintomas na internet e fazendo diagnóstico em chats de inteligência artificial de qualidade inconstante.

Como incorporá-los nos programas?

Na Superintendência de Promoção da Saúde do Rio, a ideia foi colocar os jovens no centro da ação — não só como público receptor das políticas, mas também executor. A Rede de Adolescentes Promotores (RAP) da Saúde optou por trabalhar com educação entre pares: adolescentes aprendem com outros adolescentes.

Os alunos da RAP da Saúde são jovens de 14 a 24 anos do Rio, a maior parte em situação de vulnerabilidade (cumpre medida socioeducativa ou está em abrigo, por exemplo). Eles recebem formação em vários temas relacionados à promoção da saúde — desde explicação sobre o que é o SUS, até orientações bem práticas, como informar que o adolescente pode passar por consulta desacompanhado. Recebem ainda um auxílio mensal.

Em cada uma das dez regiões administrativas do Rio, o projeto tem uma cara. “Não existe uma única estratégia que funcione. Depende do território, dos recursos, dos investimentos, do público”, observou Nathália Amorim. “Não existe uma adolescência, existem as adolescências. Então a gente precisa estar o tempo todo pensando em como ser efetivo nesse trabalho.”

Em todos os casos, porém, o objetivo é que o aluno se torne um multiplicador. Primordialmente, para seus colegas. “Quando um adolescente chega à unidade e encontra outro para orientá-lo, ele entende que pertence àquele espaço, que aquele espaço também foi feito para ele.” Mas a multiplicação pode transbordar para outros públicos. “Às vezes são eles que levam as discussões para

dentro de casa e conseguem acessar os responsáveis, os familiares”, disse a palestrante.

Uma vez por ano, há um encontro sobre alimentação saudável, com todos os alunos do curso (cerca de 200 pessoas). As dinâmicas incluem rodas de conversa, exibição de filmes e debates.

SEGURANÇA ALIMENTAR E PROMOÇÃO DA AUTONOMIA

O Programa Bolsa Família é considerado o principal impulsionador para o Brasil sair do Mapa da Fome. Seu ponto central é de fato a transferência de renda, usada sobretudo para compra de comida. Mas outras iniciativas são fundamentais para que os efeitos sejam duradouros, como apontou a chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, Rosane Cunha, do Ministério do Desenvolvimento Social.

“Considero o Bolsa Família uma ação estruturante que realmente ajuda as pessoas a terem uma proteção social efetiva”, disse ela na última mesa de debates do Fórum.

Bolsa Família e primeira infância

Desde sua reformulação, em 2023, o programa prevê repasses adicionais a mães gestantes, lactantes e a crianças na primeira infância. Para isso, elas precisam cumprir algumas contrapartidas, como fazer exames pré-natal e estar com a vacina em dia (*veja mais informações no próximo item*).



CRIANÇAS DE ATÉ 6 ANOS

Benefício: R\$ 150 a mais por criança
Crianças beneficiadas: 8,4 milhões



GESTANTES

Benefício: R\$ 50 a mais
Mães beneficiadas: 623 mil



MÃES EM FASE DE AMAMENTAÇÃO (NUTRIZ)

Benefício: R\$ 50 a mais
Mães beneficiadas: 302 mil

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, setembro de 2025

A construção da autonomia

O programa estimula a autonomia das famílias de ao menos três formas:

- **Morador decide onde gastar:** Vale lembrar que o repasse é em dinheiro, e os beneficiários podem usá-lo como acharem melhor. “A gente não pode ter ingerência em como a família gasta”, disse Rosane Cunha. Boa parte recorre ao benefício para comprar comida, mas há vários relatos de moradores que o utilizam para adquirir remédios, roupas ou itens de higiene, pagar a conta de luz ou de água ou obter produtos de beleza.
- **Condicionalidades:** Para continuar a receber o benefício, a família precisa cumprir alguns requisitos — chamados de condicionalidades. Elas são o “foco nas futuras gerações”, como classificou a chefe de gabinete. É necessário, por exemplo, que:
 - Gestantes façam exames de pré-natal
 - Crianças estejam com vacinação em dia
 - Crianças menores de 7 anos tenham acompanhamento nutricional, com mensuração de peso e altura
 - Crianças em idade escolar frequentem as instituições de ensino

- **Apoio contra outras vulnerabilidades:** Cunha frisou que a transferência de recursos não é apenas para as famílias, mas também para estados e municípios. A verba capacita servidores a fim de que possam acompanhar melhor as condicionalidades, e também apoia outras iniciativas que ajudam a tirar os moradores da pobreza. “Só a transferência de renda não muda a vida das famílias. Outras políticas também fazem com que saiam da vulnerabilidade.” Uma das vertentes são programas de inclusão produtiva, que podem envolver capacitação e medidas para geração de emprego. “Quando a família tem proteção integral, a primeira infância sente os reflexos”, destacou.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM TEMA INADIÁVEL

Outras mesas do 7º Fórum já haviam tocado no assunto, mas a apresentação da pesquisadora Janaína Braga, da Universidade Federal da Bahia (Ufba), evidenciou que a segurança alimentar não pode deixar de lado as mudanças climáticas. São áreas indissociáveis.

A iniciativa de que ela faz parte, o Projeto FomeS, dedica-se justamente a detalhar as relações entre indicadores climáticos e de insegurança alimentar — os dados serão coletados e publicados numa plataforma. Atualmente, a rede de estudiosos analisa 280 indicadores. Já ficou claro que há efeitos em duas direções: o clima afeta a agropecuária e a agropecuária afeta o clima. Mais ainda: as perdas na agropecuária afetam os mais pobres, justamente os que menos contribuem para o aquecimento do planeta.

O impacto das mudanças climáticas na produção de alimentos

O projeto trabalha com o conceito de eventos climáticos extremos, como secas, inundações e incêndios.

Efeitos para os produtores

- Redução da produção, com consequência imediata na renda das famílias.

- Queda na renda aumenta o risco de gerar insegurança alimentar entre pequenos agricultores.

Efeitos para os consumidores

- Eventos extremos tendem a aumentar o preço dos alimentos, com potencial de reduzir o consumo de itens saudáveis.
- A disponibilidade menor de comida in natura, como frutas e hortaliças, pode favorecer a compra de ultraprocessados, menos dependentes dos ciclos climáticos. “Sabemos que os ultraprocessados seguem disponíveis, são ofertados também nas regiões de maior vulnerabilidade, são consumidos também pela população de menor renda, e que isso tem impacto na má nutrição”, afirmou Janaína Braga.
- Secas se tornam mais frequentes e persistentes. A pesquisadora citou um estudo segundo o qual a maioria (65%) da população que convive com insegurança hídrica no Brasil padece de insegurança alimentar moderada ou grave.
- Inundações contaminam fontes de água potável.
- Sem água potável, os moradores têm dificuldade de higienizar os alimentos, cozinhar e lavar louça. Isso também favorece a aquisição de ultraprocessados, que já vêm prontos.
- Em inundações, a perda de bens ou da moradia limita os recursos disponíveis e agrava a vulnerabilidade.

O impacto da produção de alimentos nas mudanças climáticas

As mudanças climáticas vêm se tornando mais drásticas e frequentes em consequência da ação humana. Segundo Braga, o modo predominante de produção de alguns alimentos é responsável por emitir mais gases que agravam o efeito estufa por envolver:

- Desmatamento
- Processamento, embalagem e transporte que exploram recursos naturais
- Energias não renováveis

Isso significa que, em diversos casos, a própria lógica de cultivo, colheita e distribuição de comida contribui para aumentar a frequência de eventos climáticos extremos — que, por sua vez, prejudicam o processo produtivo. Um dos caminhos possíveis para lidar com o problema é mudar essa lógica, propôs a pesquisadora da Ufba.

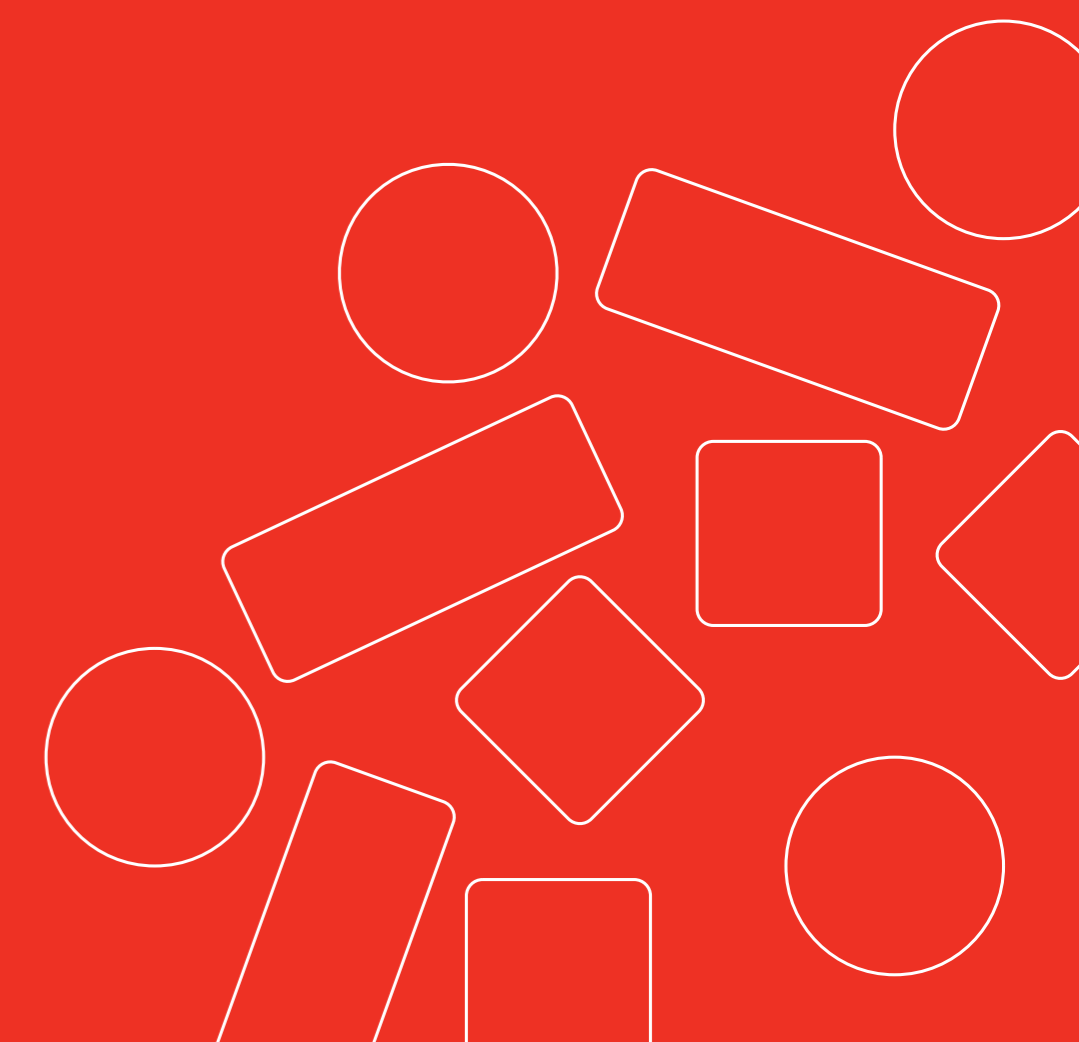
Ela traçou uma oposição entre dois modelos:

- **Sistema alimentar hegemônico:** industrial, globalizado, negador das mudanças climáticas.
- **Modelo agroecológico:** baixo impacto ambiental, manejo sustentável, recuperação da biodiversidade, supressão de agrotóxicos e transgênicos, uso de energias renováveis, eficiência na utilização da água, proteção do solo.

Adotar esse último modelo “implica mudança no processo civilizatório”, disse Braga. Em tom mais brando, esse foi o recado do Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima para Políticas Públicas, lançado na COP-30, em Belém, no final de 2025. O documento, elaborado pelo governo brasileiro e por organizações da sociedade civil, afirma que “sistemas baseados em monoculturas, uso intensivo de recursos naturais e agrotóxicos e longas cadeias de distribuição elevam as emissões de CO₂”. Observa também que, no Brasil, a expansão agropecuária ocorreu sobre florestas, na Amazônia, e savanas, no Cerrado.

O próprio Pnae dá alguns passos para contribuir com a mudança, ao limitar o uso de ultraprocessados e incentivar a compra de produtos de pequenos agricultores. Ainda na segunda mesa do Fórum a nutricionista Jordana Costa, da Coordenação-Geral do Pnae, havia informado que o programa tem feito acordos de cooperação técnica para estimular a participação de agricultores familiares, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais no fornecimento de merenda.

Afinal, como diz o marco de referência lançado na capital do Pará, “reorientar os modos de produção” é algo necessário para “reverter o ritmo da mudança do clima”, ampliar a oferta de alimentos saudáveis e produzir de modo sustentável.



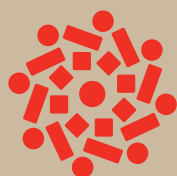
ISBN: 978-65-983932-8-1

CD



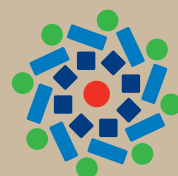
9 786598 393281

REALIZAÇÃO



Infinitis
Instituto Futuro é
Infância Saudável

UMA INSTITUIÇÃO DA



Fundação
**José Luiz
Setúbal**



institutoinfinis



Saúde da Infância